

GT 4: PARTICIPACIÓN, AGENCIA E IDENTIDAD JUVENIL

Teniendo en cuenta las diversas formas de las identidades y las formas de expresarlas en la juventud a partir de sus prácticas, este grupo de trabajo recibirá ponencias que guarden relación con estos temas: agencia juvenil en contextos precarizados, organización juvenil y participación informal y formal, culturas juveniles e identidad, interseccionalidad, territorialidades y juventud.

Coordenação: Natalia Reyes y Mateo Ortiz

[Universidad Javeriana de Bogotá]

AS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS EM 2015-2016: INTERFACES ENTRE MOVIMENTO ESTUDANTIL, JUVENTUDE E RELIGIÃO

Douglas Franco Bortone

Graduado em Teologia e Sociologia

Grupo de Estudos sobre Juventude da Universidade Federal de Alfenas

douglas.bortone@gmail.com

Resumo: As ocupações secundaristas foram uma grande mobilização estudantil ocorrida no Brasil nos anos de 2015 e 2016, tendo como principais atores jovens e adolescentes em diversos estados, contra os projetos e medidas dos respectivos governos estaduais e governo federal, que previam a reforma do ensino médio, o projeto escola sem partido e congelamento de gastos em educação e políticas sociais por um período de vinte anos. A mobilização rompe com os padrões tradicionais, validam os ideais e leituras sobre o mundo a partir da perspectiva juvenil em busca de justiça e solidariedade. Primeiramente, é estabelecido o conceito de juventude gestado pelo mundo moderno e em seguida, um breve histórico sobre o que foram as ocupações secundaristas e os motivos que levaram os estudantes se mobilizarem. Posteriormente, relacionamos movimento estudantil e religião, bem como seus aspectos formativos e ações políticas ao longo da história que subsidiem os argumentos desta pesquisa. Por fim, aponta-se pistas e hipóteses da influência da religião no movimento das ocupações secundaristas.

Palavras chaves: Juventude; Movimento Estudantil; Religião.

INTRODUÇÃO

A proposta do artigo é analisar os movimentos estudantis em suas interfaces com a religião, tanto em suas relações positivas quanto suas tensões, observando uma das principais manifestações políticas ocorridas no Brasil: As ocupações secundaristas.

No primeiro momento, busca-se refletimos sobre a juventude como principais atores deste artigo, apontando sua conceituação no mundo contemporâneo e participação em movimentos sociais na busca por justiça e solidariedade.

Consequentemente, é feito um breve histórico desse movimento estudantil no Brasil, que ocupou inúmeras escolas públicas, como forma de protesto e intervenção política. Este cenário revela seu aspecto formativo na experiência dos ocupantes e suas interfaces entre a vivência política e religiosa.

A pesquisa que deu origem a esse artigo faz parte de uma pesquisa maior, chamada “Ocupações Secundaristas no Brasil em 2015-2016: formação e auto-formação dos ocupas como sujeitos políticos”¹ tendo como metodologia a análise de entrevistas semiestruturadas com pessoas que ocuparam suas escolas, aplicadas em vários estados do Brasil. Na pesquisa

1 Processo CNPq 428160/2018-2, coordenada por Luís Antonio Groppo, professor da UNIFAL-MG.

em particular tratada neste artigo, o foco é a experiência religiosa das e dos ocupas e a relação entre religião e movimento estudantil.

Detenho-me, nesse primeiro momento, na elaboração de referenciais teóricos e bibliográficos acerca da juventude, movimento estudantil e religião, relacionando-os e apontando as suas principais relações e tensões.

Juventude na Contemporaneidade

Para iniciar nossa discussão, que envolve juventude, participação política e religião, faz-se necessário estabelecer conceitos que servirão como balizadores para este artigo. Pensar no conceito “*Juventude*” nos remete à contemporaneidade. Entretanto, o conceito não é novo, tendo feito parte de uma classificação gerada pela modernidade. Explicando este conceito, Groppo (2015) afirma que a juventude “é uma categoria social estruturante”.

A história da modernidade tem sido também a da criação de uma estrutura de faixas etárias (entre as quais, a juventude) sob princípios universalistas e *naturais*, fundados na cronologização do curso da vida (o tempo do crescimento físico-psíquico medido em anos). Esse registro cronológico do curso da vida tornou-se instrumento jurídico para determinar responsabilidades criminais, direitos comerciais e de propriedade, códigos civis e regras de casamento, direitos políticos, leis trabalhistas de proteção a menores e direitos especiais da infância e adolescência. (GROPPO, 2015, p.17)

Essa classificação de juventude gestada pelo mundo moderno aponta para novas ações que visam estruturar e ao mesmo tempo controlar as juventudes. Se por um lado ela é compreendida como “problema”, “perigo” e incapaz de opinar e tomar decisões, por outro, pode ser compreendida como “possibilidade de mudança e intervenção criativa. (NOVAES; MELLO, 2002, p. 7).

[...] essa categoria é extremamente plural e heterogênea. A juventude não pode ser considerada uma categoria estática, a pluriatividade que permeia sua realidade precisa ser considerada para assim entendermos as relações que a permeiam. Portanto, é necessário analisar e compreender o jovem como um ator político inserido em uma complexa configuração social (JÚNIOR; MOURA, 2019, p.2).

As teorias e conceituações acerca da juventude influenciaram significativamente as políticas públicas sociais e educacionais que lhe foram destinadas, muitas vezes distantes da realidade experimentada pelos sujeitos. Groppo alerta para a necessidade de “considerar as vozes juvenis no mundo público: na escola, no trabalho e na política, inclusive na formulação das políticas públicas.” (GROPPO, 2017, p.12)

A redemocratização do país, a partir de 1985, possibilitou a criação dos coletivos militantes envolvidos em movimentos sociais, oportunizando uma ascensão da atuação dos jovens na luta pelos seus direitos e inserção no mundo político, ressignificando o conceito de juventude na atualidade.

OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS

De modo geral, durante os anos de 2015 e 2016, jovens secundaristas ocuparam escolas públicas como forma de protesto e resistência às propostas de governo que previam congelamento de investimentos em educação e políticas públicas, bem como contra a reforma do ensino médio e ao projeto escola sem partido.

Em um primeiro momento, o movimento teve início no estado de São Paulo na gestão do então governador Geraldo Alckmin, que propunha uma nova reorganização escolar; posteriormente, tornando-se inspiração para a juventude em diversos lugares do país.

Contudo, o movimento das ocupações ao longo deste período apresenta dois momentos importantes. Groppo (2018), ao sistematizar o movimento das ocupações, de forma didática, o separa e ilustra o período em duas ondas.

A rigor, não há uma separação entre as duas ondas. A divisão, como anunciado, tem caráter ilustrativo, ainda que se possa falar apenas do segundo momento como um movimento plenamente nacional. Mas o que talvez seja o aspecto mais marcante desse movimento – uma metodologia de luta e organização estudantil inspirada pelos movimentos secundaristas chinelo e argentino – caracteriza ambas as ondas: ocupações, comissões e assembleias estudantis soberanas de caráter horizontal e participativo. (COSTA; GROPPPO, 2018, p. 91)

A primeira onda é marcada pelas ocupações no âmbito estadual, em oposição às políticas públicas de seus respectivos governos, como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Ceará.

O segundo momento, que se encontra em maior evidência, ocorreu de forma semelhante ao primeiro, porém com curta duração e em grande parte do território nacional, contrário à Medida Provisória n. 47 (MP 74) - de Reforma do Ensino Médio, que posteriormente seria aprovada, transformando-se na Lei 13.415/17- e a PEC 55 - que instituiu o “congelamento” de gastos em educação e políticas sociais por um período de vinte anos.

Este segundo momento teve início no estado do Paraná e influenciou fortemente os diversos estudantes do país, principalmente quando a PEC 55 foi enviada ao Congresso Nacional. Nesse momento, o movimento alcançou também as instituições públicas, especialmente federais, de ensino superior.

A mobilização rompe com os padrões tradicionais e valida os ideais e leituras sobre o mundo a partir da perspectiva juvenil, em busca de justiça e solidariedade, consolidando ainda mais a participação política da juventude e a sua autonomia. As ocupações revelaram também seu caráter formativo e de impacto nos aspectos de vida pessoal, ensino-aprendizagem e participação política.

MOVIMENTO ESTUDANTIL E RELIGIÃO

O movimento das ocupações secundaristas resulta em diversas experiências e reconfigurações de vida no âmbito social e pessoal dos seus sujeitos. Nosso foco, neste momento, é perceber e analisar a dimensão e a experiência religiosa dos ocupantes, bem como suas relações, tensões, representações e identidade.

Ao realizar essa análise, é importante considerar o modo com que cada indivíduo percebe o mundo e emite respostas às questões políticas que estão em seu entorno, mostrando como a experiência religiosa e a crença é experimentada.

É evidente que não é possível pensar na atualidade em uma hegemonia religiosa católica nesse contexto. Em algumas décadas atrás, legitimada pelo estado, predominava o catolicismo nas diversas esferas da sociedade, hegemonia que não ocorre mais em nosso solo brasileiro. As transformações sociais implicaram significativamente no modo como o ser humano exerce sua espiritualidade. Ela está por todo lado e com inúmeras formas, como meio de assimilação de comportamentos e com influência cada vez mais fortes nas opiniões políticas.

O estudo das relações entre juventude e política exige que se lance luz sobre os efeitos de diferentes processos e instâncias educativas (família, escola, Igreja, redes associativas, trabalho), tendo em vista compreender qual seria seu peso sobre o desenvolvimento das posições e das ações políticas dos jovens. (TOMIZAKI; DANILIAUSKAS, 2018, p.217.)

De acordo com a pesquisa realizada pela Unesco em 2014 – *“Juventude e Juventudes: O que nos une e o que separa?”* (ABRAMOVAY; CASTRO, 2006) - percebe-se um número expressivo de jovens envolvidos com religião e paralelamente com movimentos sociais, apontando para novas construções de identidade e participação política.

Durante a realização desta pesquisa da Unesco, foram ouvidos diversos jovens, na faixa etária de 15 a 29 anos, oriundos das zonas urbanas e rurais, com a proposta de estabelecer um perfil da juventude brasileira, a partir da investigação de dados sociais que abrangem sua vivência como um todo, incluindo o engajamento religioso.

Segundo Regina Novaes (2005), devemos considerar que:

É nesse cenário que se coloca o desafio de compreender o “quanto”,

“como” e “quando” o pertencimento, as crenças e as identidades religiosas influenciam opiniões, percepções e práticas sociais dos jovens dessa geração. Trata-se de encontrar instrumentos de análise e caminhos de reflexão para compreender melhor os efeitos das escolhas, pertencimentos e identidades religiosas em diversas áreas da vida social (NOVAES, 2015, p.265)

Nessa perspectiva, é importante considerar a participação religiosa como fator de agregação social, formação de coletivos e de identidades, que levam jovens a se aproximarem de políticas públicas a favor das minorias, por meio de associações, ONGs e até mesmo, filiação a partidos políticos que correlacionem com sua crença.

[...] é necessário olhar para o associativismo dos/das jovens, a partir das práticas religiosas, como novas possibilidades de engajamento e participação na vida pública desta parcela da população. A participação dos/das jovens, sobretudo em grupos religiosos, tem gerado mal-estar na sociedade, em especial em certos setores da juventude que tendem a associar a religiosidade dos/das jovens com a presença do conservadorismo desta população. Esse tipo de estereótipo deve ser desconstruído. É preciso desnaturalizar esses pares de oposição consagrados, que polarizam religião e participação política ou religião e/ou ciência e religião. É bom lembrar que [...] os grupos religiosos têm desempenhado um papel importante na luta pela democratização, além de possuírem ações políticas progressistas. (NOVAES et al, 2006, p.102)

A atuação juvenil no mundo político aponta uma relação de aproximação e espaço para nova cultura política, na qual os espaços religiosos surgem como possibilidades de engajamentos político-social. As Pastorais da Juventude (PJs) da Igreja Católica, Rede Ecumênica da Juventude (REJU) e a Rede FALE² demonstram a valorização das minorias e da diversidade como meio para erradicação da violência e preconceitos.

Ainda analisando a pesquisa da UNESCO, percebe-se que 63% da juventude protestante acredita que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo, e por isso lutam pela justiça e solidariedade.

Nos espaços onde se demanda “Políticas Públicas de Juventude” encontram-se jovens das Pastorais de Juventude Católica e dos grupos evangélicos de diferentes denominações e movimentos (como a Rede FALE e Aliança Bíblica Universitária), movimentos de jovens negros que reavivam referências religiosas de matriz africana (como do mo-

2 A Rede FALE é composta por evangélicos, progressistas, que afirmam as bases da ABUB (Aliança Bíblica Universitária do Brasil) lutando pela justiça e igualdade, tendo como um dos principais temas de trabalho as políticas públicas de Juventude.

vimento denominado “Povos dos Terreiros”, grupos de Hip Hop, coletivos de juventude negra), jovens de diferentes grupos étnicos que reivindicam direitos acionando cosmologias religiosas (tais como povos indígenas e ciganos); jovens que destacam a espiritualidade no seu engajamento em lutas ambientalistas; jovens que participam de redes e movimentos ecumênicos e inter-religiosos que se envolvem em lutas contra a violência e pela paz. (NOVAES, 2012, p. 198)

Ações de resistência, atenção às minorias e classes sociais menos favorecidas, em grande parte, carregam consigo traços da Teologia da Libertação. Essa corrente teológica emerge diante da necessidade de auxiliar os indivíduos da comunidade de fé católica, na luta pelos seus direitos. É uma relação entre o exercício da piedade individual à militância política.

A Pastoral da Juventude Brasileira teve como referencial para sua ação o documento nº 44, “*Pastoral da Juventude*”, em 1983, publicado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Esse referencial marca o início da formação do movimento e sua organização pelo país.

Flávio Sofiati analisa esse momento afirmando que a ação da pastoral da juventude, de acordo com o documento da CNBB, tinha como objetivo promover o pensamento crítico e a participação política na transformação da sociedade a partir de sua experiência de fé.

[...] o senso crítico e a capacidade de analisar a sociedade; formar jovens para transformar as estruturas; ajudar jovens a ligar sua fé com o compromisso social e político; e levar o jovem a conhecer criticamente o marxismo o capitalismo liberal e a doutrina da segurança nacional para assumir o humanismo cristão como perspectiva de superação das estruturas sociais injustas presentes em toda a América. (SOFIATI, 2004, p. 90)

Essa relação entre movimento estudantil e religião não representa uma novidade em si. Em 1924, surge um movimento estudantil no Colégio Americano Granbery em Juiz de Fora–MG, que posteriormente formaria a União Cristã de Estudantes no Brasil, englobando outros movimentos que surgiam também nesse período, que demonstravam uma preocupação em relação às desigualdades sociais existentes, como defesa do evangelho social.

A Pastoral da Juventude Estudantil, também conhecida como pastoral secundarista no início de sua organização, surge também como espaço de militância no âmbito educacional e político, especialmente durante o período da ditadura. O coletivo ainda desenvolve encontros formativos que impulsionam o protagonismo juvenil em sua ação transformadora na sociedade.

Os coletivos estudantis apresentam um crescimento significativo em todo território brasileiro neste contexto histórico, sobretudo durante e após a ditadura militar. Surgem então os grêmios, diretórios estudantis, centros acadêmicos e diversas entidades de organização

estudantil. Essa crescente mobilização revela a luta e participação incisiva da juventude nas políticas sociais.

Por outro lado, é necessário observar as tensões existentes nessa relação. O censo de 2007, realizado pelo IBGE, mostra uma nova categoria de jovens que se declaram “sem religião”, que não abandonam a fé, mas apontam para uma ruptura ao pertencimento institucional devido suas decepções e até mesmo uma dicotomia entre movimento conservador e progressista³.

A institucionalização da experiência religiosa tende a monopolizar a verdade como ferramenta para manutenção do poder. Desta forma, a experiência e integração juvenil nos ambientes religiosos podem ser relativizadas, em função do desejo de participação em outras esferas sociais. Isso se desdobra no exercício da fé sem o pertencimento à instituição religiosa. Essa relativização pode acontecer quando a experiência religiosa se opõe a sua participação política.

Na compreensão de Godinho (2014), Leonardo Boff aponta que quando isso acontece, a religião se distancia de sua principal fonte: a espiritualidade. Ainda mostra que para o teólogo, a espiritualidade é algo individual que independe de instituições religiosas.

O que Leonardo Boff chama de espiritualidade, diz respeito à experiência singular de cada sujeito, a uma capacidade de autotranscendência do ser humano que independe de rituais, celebrações ou dogmas de determinada estrutura de pensamento religioso. Para o autor, as religiões são água canalizada, não devendo, portanto, serem confundidas com a fonte que lhes dão vida, que é a própria espiritualidade. Segundo o autor, a dimensão espiritual é a fonte de onde emerge a fé, experiência sensível que por ser íntima e profunda faz com que a dimensão espiritual se manifeste em cada indivíduo de um modo singular, sem que necessariamente tenha que apontar na direção de qualquer crença religiosa. (GODINHO et al, 2014, p. 140)

Segundo a visão de Regina Novaes, o momento que a juventude experimenta na atualidade é propício para a vivência de novas escolhas, com “possibilidades de liberação do controle institucional e gestão da livre iniciativa individual” (NOVAES, 2006, p. 3).

O desenraizamento cultural/religioso, que caracteriza o processo de globalização, produziu um peculiar efeito para aqueles que nasceram nos anos 70, são eles que estão mais predispostos a: libertar-se das religiões de origem; vivenciar novas escolhas religiosas que não fazem parte da experiência de gerações anteriores; fazer sínteses pessoais sem vínculos institucionais, isto é “ser religioso sem religião”.

3 Em grande parte, as instituições religiosas de cunho evangélico se enquadram dentro de um perfil conservador, diferente do viés progressista assumido pelos movimentos sociais.

Se é verdade que, estatisticamente falando, a maioria deles reproduz tradições familiares, não há como negar que para os jovens desta geração, no que diz respeito à dimensão religiosa, ampliaram-se as possibilidades de liberação do controle institucional e gestão da livre iniciativa individual. (NOVAES, 2006, p. 3)

Essas considerações são importantes para compreendermos as rupturas da juventude com as instituições religiosas. A globalização desponta novas formas de pertencimento religioso, que não necessariamente requer um vínculo institucional, mas proporciona um livre exercício da fé. A experiência religiosa torna-se um exercício individual baseado em suas próprias crenças e convicções.

AS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS E A RELIGIÃO

O objetivo aqui é criar um ponto de partida em relação aos referenciais teóricos que irão subsidiar as análises das entrevistas semiestruturadas, aplicadas em vários estados do Brasil, do ponto de vista da experiência religiosa e sua relação com o movimento estudantil. Posteriormente, serão realizadas novas entrevistas, aprofundando experiências significantes nas ocupações.

O principal alvo dessa investigação são os atores desse movimento e as relações positivas e tensões entre a participação política e a identidade religiosa. Uma vez que foi diagnosticado que parte da juventude brasileira está ligada à religião e paralelamente a um movimento social, torna-se factível analisar e pesquisar sobre a influência neste processo, enquanto aspecto formativo, antes e após as ocupações.

Em agosto de 2016, as Pastorais da Juventude lançaram a 14ª edição da Semana dos Estudantes, como o tema *“Juventude e direito à educação”* e o lema: *“Educação libertadora constrói nossa Casa Comum”*. O evento foi lançando após a primeira onda das ocupações, que ocorreram entre dezembro de 2015 e julho de 2016. A segunda onda estava prestes acontecer, entre outubro e dezembro de 2016.

A arte do cartaz que divulgou o evento, por exemplo, retratou categoricamente a experiência dos ocupantes. Em pesquisa realizada no dia 20 de junho de 2019, no sítio eletrônico da Pastoral da Juventude podemos constatar que ela faz alusão ao movimento, retratando a luta dos estudantes que reivindicam, mas também se preocupam com o ambiente escolar ao promover pequenos reparos e conservação nos locais ocupado.

O principal objetivo do evento era que a prática de uma educação libertadora, acontecesse dentro do ambiente escolar. Tratava-se de tema específico ao mundo estudantil, frente ao ataque à democracia experimentado nesse período no cenário brasileiro, tema baseado no tripé “direito à educação”, “educação libertadora” e “casa comum”.

Nesse momento, não afirmamos que a Pastoral da Juventude tiveram uma ligação direta com as ocupações, porém é possível perceber influências e leituras do contexto que a juventude estava vivenciando na proposta de evento, direcionado aos estudantes.

Se consideramos que grande parte da juventude está envolvida com alguma religião, existem então, possibilidades de se pensar em jovens católicos, com influência da PJs neste movimento estudantil.

É possível também, buscar nessas experiências temas como gênero e raça, presentes na relação dos ocupantes com a política. As mulheres se mostraram em posição de destaque nesta luta.

A interpretação da religião sobre esses temas pode aproximar ou provocar rupturas da identidade religiosa. Em uma visão progressista, Rubem Alves afirma que “a religião em seu contexto antropológico, é a aposta do homem, seu ato de fé nas possibilidades que podem ser realizadas através da ação, fora da massa de matérias-primas a seu alcance” (ALVES, 1999, p. 167).

Por fim, se houve rupturas e relações nesse movimento, qual elo uniu e separou a juventude da experiência religiosa após as ocupações? Não seriam então, as ocupações, em seu aspecto formativo, um meio para a autonomia do ser e do pensar?

Enfim, as indagações que permeiam nossas hipóteses nesse momento acerca da experiência religiosa revelam um caminho a ser trilhado com inúmeras possibilidades e desafios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ocupações secundaristas foram um movimento estudantil que, em certo sentido, ainda não terminou, já que suas influências e o impacto de suas experiências permanecem nos sujeitos. Ainda há um campo rico de possibilidades a ser explorado, que trará à luz novas questões a serem pesquisadas no âmbito da educação e juventude.

Consideramos então que, de alguma forma, ou de formas diversas, a religião estava presente na prática dos ocupantes, validando crenças e se resignificando, à medida que os padrões religiosos eram confrontados pelo anseio de participar de outras esferas sociais.

Essa resignificação pode ser compreendida também como o surgimento de novas expressões de fé, que têm origem na ruptura dos padrões religiosos institucionalizados e conservadores. Contudo, se a religião for encarada como algo além do “frequentar um espaço religioso”, pode-se dizer que ela perpassa significativamente a vida desses atores.

Consideremos também que os movimentos religiosos exerceram uma participação importante na democracia brasileira, especialmente com a Pastoral da Juventude, de forma sistematizada, com uma atenção especial sobre as populações mais carentes e excluídas da sociedade. Com isso se instaura também novas identidades, formas de fazer política e pertencimento religioso.

Todavia, ainda não é possível apontar sistematicamente qual seja a influência – ou influências - da religião neste movimento, especialmente nos ocupas. O que temos é são apenas aproximações e hipóteses que podem subsidiar as experiências que serão analisadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam e CASTRO, Mary Garcia (Coord.). **Juventude, juventudes: o que une e o que separa**. Brasília: Unesco, 2006

ALVES, Rubem. **O suspiro dos oprimidos**. São Paulo: Paulus, 1999.

BRASIL. **IBGE**. Censo demográfico, 2007. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB. **Pastoral da Juventude do Brasil**. São Paulo: Paulus, 1983. (Coleção Estudos, n. 44)

COPPE, Moisés Abdon. **A responsabilidade social e política dos cristãos: história e memória da união cristã de estudantes do Brasil (UECEB) entre as décadas de 1920 e 1960**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião), Universidade Federal de Juiz de Fora, MG.

COSTA, Adriana Alves Fernandes; GROPPPO, Luís Antonio (Org.). **O movimento de ocupações estudantis no Brasil**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

GODINHO, Danilo Marques da Silva; CARVALHO, Cíntia de Sousa; SOUZA, Solange Jobim e. Experiências religiosas da juventude contemporânea: indagações sobre fé, secularização, ética e política. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 14, n. 29, p. 137-150, abr. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2014000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 23/06/2019

GROPPPO, Luís Antonio. Juventudes e políticas públicas: comentários sobre as concepções sociológicas de juventude. **DESIDADES - Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude**, [S.l.], n. 14, abr. 2017. ISSN 2318-9282. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/view/9574/7482>>. Acesso em 24/06/2019

GROPPPO, Luís Antônio. **Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis de 1968**. Piracicaba: Editora Unimep, 2015.

JUNIOR, Marco Aurélio Freire da Silva; MOURA, Joana Tereza Vaz de. **Movimentos Sociais e Juventude: Discursos coletivos e narrativas na construção das mobilizações contemporâneas em Natal/RN**. Anais XVIII ENANPUR 2019. Disponível em: <<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=893>>. Acesso em 20/06/2019

SOFIATI, Flávio Munhoz. A juventude da Teologia da Libertação (Youth of Liberation Theology). **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, Belo Horizonte, p. 333-356, jun. 2012. ISSN 2175-5841. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2012v10n26p333>>. Acesso em 24/06/2019.

SOFIATI, Flávio Munhoz. **Jovens em movimento**: o processo de formação da Pastoral da Juventude do Brasil.. 2004. 200 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

TOMIZAKI, Kimi; DANILIAUSKAS, Marcelo. A pesquisa sobre educação, juventude e política: reflexões e perspectivas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 29, n. 1, p. 214-238, abr. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072018000100214&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 24/06/2019.

NOVAES, Regina. CARA, Daniel T. SILVA, Danilo M. PAPA, Fernanda de C. (orgs.). **Política Nacional de Juventude**: diretrizes e perspectivas. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude, Fundação Friederich Ebert, 2006.

NOVAES, Regina. Juventude, percepções e comportamentos: a religião faz diferença? In: ABRAMO, Helena Wendel. BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da juventude brasileira – análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

NOVAES, R. C. e MELLO, C.C., Jovens do Rio: Circuitos, crenças e acessos. **Comunicações do ISER**, n. 57, 2002. Acesso em 18/06/2019.

NOVAES, Regina. Os jovens, os ventos secularizantes e o espírito do tempo. TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata. **As religiões no Brasil**: continuidades e rupturas. Petrópolis: Vozes, p. 35-48, 2006.

Novaes, R. (2013). Juventude: políticas públicas, conquistas e controvérsias. In J. O. Beozzo, & C. B. Franco (Orgs.), **Juventudes em foco** (pp. 39-74). São Paulo: Paulus. Recuperado de juventude.gov.br/articles/participatorio/0005/7079/0_regina_novaes.doc. Acesso em 20/06/2019.

NOVAES, Regina. **Juventude, religião e espaço público: exemplos “bons para pensar” tempos e sinais**. Relig. soc. [online]. 2012, vol.32, n.1, pp.184-208. Acesso em 20/06/2019.

PASTORAL DA JUVENTUDE – CNBB. **Pastorais da Juventude lançam cartaz da Semana do Estudante 2016**. Disponível em: < <http://www.pj.org.br/pastorais-da-juventude-lancam-cartaz-da-semana-do-estudante-2016/>>. Acesso em 20/06/2019.

AGÊNCIA E RESISTÊNCIA NA TRAJETÓRIA DE JOVENS MULHERES ENVOLVIDAS COM O TRÁFICO DE DROGAS

Fernanda Menezes Santos

Mestranda em Educação

Faculdade de Educação UFMG - fernandamenezesavl@hotmail.com

1 - INTRODUÇÃO – ENQUADRANDO O CENÁRIO

O presente texto tem a intenção de apresentar algumas reflexões sobre a trajetória de jovens mulheres que têm ou tiveram envolvimento com a criminalidade, em específico o tráfico de drogas, articulando e compreendendo a presença da agência na vida dessas mulheres e realizando uma análise interseccional do fenômeno.

O tráfico de drogas e a associação a ele aparecem como resposta de uma sociedade marginalizada economicamente que é vítima do crescimento desigual, da desilusão social e da multiplicidade de tensões, conflitos e antagonismos. Nessa perspectiva nos cabe à reflexão sobre as respostas que o Estado tem dado à questão, excluindo de suas análises as questões sociais, econômicas, raciais, geracionais, criando com inspirações nas políticas estadunidenses um contexto de “guerra às drogas” que como podemos perceber tem se traduzido na “guerra às pessoas” e contribuindo significativamente com o contexto de extermínio de uma parcela da população e com a constante sensação de insegurança. Tanto civis quanto policiais estão na mira dessa ausência de políticas públicas intencionadas a solucionar a questão, ocasionando em perdas de vidas que não são lamentadas. Assim, os alvos preferenciais dessa guerra são, sobretudo, os produtores, comerciantes e consumidores inseridos nessa trama, o direcionamento de combate recai na sua maioria aos jovens, negros, marginalizados e em posições desfavoráveis nas relações de poder (KARAM, 2015). Essa perspectiva proibicionista e de combate acaba contribuindo também para o aumento das estatísticas de aprisionamento de pessoas pelo tráfico de drogas.

O encarceramento em massa no Brasil já é explicitado, analisado e debatido constantemente por pesquisadores, organizações internacionais e movimentos sociais. Quando tratamos das mulheres envolvidas com o tráfico de drogas, os estudos ainda são incipientes, porém podemos perceber que o crescente aprisionamento de mulheres é observado por alguns autores em correlação com a promulgação da Nova Lei de Drogas, lei 11.232 de 2006, onde não existe a distinção clara entre usuário e traficante, deixando a cargo da autoridade judiciária a diferenciação entre ambos, situação que se associa ao aumento e endurecimento das prisões e penas relativas ao tráfico (SILVA, 2013).

Neste contexto, a manifestação das violências e criminalidade no Brasil revela-se uma situação de crise para as juventudes pobres, periféricas e especialmente negras. Quando tratamos do aprisionamento feminino, os dados nos apresentam um crescimento de 656% no

período de 17 anos (2000 a 2017), onde o tipo penal prevalecente é o tráfico de drogas, e a maioria das mulheres presas é jovem (INFOPEN MULHERES, 2018). O Atlas da Violência também nos informa sobre a situação de violência e morte traçadas para a juventude no Brasil, apontando que, a denúncia sistematicamente apresentada pelos documentos oficiais nas últimas décadas sobre o extermínio de jovens não tem tido respostas no que concerne à garantia do direito de suas vidas. Em específico à vida das mulheres o documento trata do feminicídio, apontando um aumento estatístico na perda da vida de mulheres negras e uma diminuição de mulheres não negras. (IPEA, FBSP, 2018).

Cabe ressaltar que a problematização do tráfico de drogas enquanto atividade ilegal pode suscitar diversas possibilidades de análise. A escolhida como norteadora para as reflexões aqui apresentadas se alinha a perspectiva elucidada pelos autores Marisa Feffermann (2006), Luciana Boiteux Rodrigues (2006), Orlando Zaccone Filho (2007) e Maria Lúcia Karam (2015). Estes autores(as) pautados(as) na criminologia crítica problematizam que a criminalização do comércio de algumas substâncias, dentre outras pelo Estado, cria um regime de exceção, onde há necessidade do controle dos mais pobres, sendo a criação de leis e a constante engrenagem punitiva do sistema carcerário os responsáveis por dar a populações ares de segurança. Neste cenário cria-se o sujeito preferencial do sistema de repressão estatal, o sujeito criminoso que é “tradicionalmente visto como o ‘mau’, o ‘outro’, o ‘perigoso’ – e a seu papel de ‘bode expiatório’ o ainda mais excludente perfil do ‘inimigo’” (KARAM, 2015, p. 170).

Os dados trazidos pelas estatísticas nos informam que homens e mulheres jovens, negras e negros são alvos preferencias tanto do aparato de repressão estatal, como de mortes violentas, tanto homicídios como feminicídios. Ângela Davis (2009) nos convoca a refletir que, tanto socialmente quanto academicamente, constrói-se um imaginário de castigo e punição para os conflitantes com a lei, e que isso acaba gerando uma “vigilância racial” (p. 47), onde tradicionalmente quando o Estado não fornece condições mínimas de moradia e educação nos locais de maior vigilância policial ele cria um ambiente potencialmente favorável a fornecer indivíduos para os sistemas de punição. Assim as prisões constituem uma “maneira de dar sumiço nas pessoas com a falsa esperança de dar sumiço nos problemas sociais latentes que elas representam” (p. 48). Segundo Judith Butler “onde uma vida não tem nenhuma chance de florescer é onde devemos nos esforçar para melhorar as condições de vida” (2018b, p. 2018), porém não é isto que podemos visualizar como construção para a vida dessa juventude. Essa elucidação nos leva a compreender o cenário desenhado para que essas existências jovens, negras, pobres e periféricas aconteçam, e trazem a necessidade da compreensão de como essas vidas podem tornar-se viáveis e resistir a esses processos de desumanização, violência e vigilância apontados nos dados dos documentos consultados.

2 – JUVENTUDES! DE QUAIS JOVENS ESTAMOS FALANDO?

O Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, define que são jovens as pessoas entre 15 e 29 anos de idade para efeitos da garantia de direitos. No Estatuto estão

previstos 11 direitos fundamentais a todos os jovens. São eles: à diversidade e à igualdade, ao desporto e ao lazer, à comunicação e à liberdade de expressão, à cultura, ao território e à mobilidade, à segurança pública e ao acesso à justiça, à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil, à profissionalização, ao trabalho e à renda, à saúde, à educação e à sustentabilidade e ao meio ambiente (BRASIL, 2013). A promulgação dessa lei está ancorada nas mais diversas lutas coletivas das juventudes e aponta para o reconhecimento pelo Estado do jovem como sujeito de direitos.

Nessa esteira do aparato legal que discorre sobre as juventudes, temos o decreto nº 9.306, de 15 de março de 2018, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Juventude, e é um desdobramento do Estatuto da Juventude. O Sinajuve constitui forma de articulação e organização do Estado e sociedade civil para promoção de políticas públicas de juventude traçando, para isso, diretrizes, objetivos e instrumentais, bem como regulando as formas de participação social da juventude (BRASIL, 2018). As legislações supracitadas, contudo, não se debruçam sobre quem são esses jovens, atendo-se a definição juventude apenas pela questão etária, que faz-se necessária no que diz respeito a formulação de políticas públicas, porém entendemos que há necessidade de outras elaborações e do alargamento na compreensão desses e dessas sujeitas para se obter políticas focalizadas nas demandas das diversas juventudes brasileiras.

Quando Helena Abramo (1997) discorre sobre juventude aponta que “parece estar presente, na maior parte da abordagem relativa aos jovens, tanto no plano da sua tematização como das ações a eles dirigidas, uma grande dificuldade de considerar efetivamente os jovens como sujeitos” (p. 28), e que mesmo quando há esforços, raras vezes esses jovens são enxergados para além de um problema social, como sujeitos capazes de serem propositivos, se relacionarem coletivamente e contribuir para solução de problemas sociais. Quando dizemos do sujeito que se envolve com o crime no Brasil, podemos nos perguntar se essa parcela da juventude - negra, pobre, e marginalizada - está contemplada no ordenamento jurídico pensado para as juventudes, sendo assim reconhecidos como sujeitos jovens.

O autor Juarez Dayrell (2003) ao conceituar juventudes aponta primeiro para crenças presentes no imaginário social atribuídas à juventude que de certa forma influenciam na nossa maneira de compreendê-las, são elas a de juventude como condição de transitoriedade, na qual o jovem é uma experiência de passagem para a vida adulta; a de romantização da fase juvenil, considerando esse tempo como um momento para ter experiências de liberdade, prazer e comportamentos exóticos; e por fim uma imagem de crise, transição, tomada por conflitos como os de autoestima e de personalidade. Assim, o autor conclui que essas representações sobre a juventude, devem ser problematizadas, tendo em vista que ao olharmos o sujeito jovem a partir desses “modelos socialmente construídos” (p. 25), podemos criar representações negativas sobre o que falta em um determinado sujeito para que esse seja categorizado como jovem (DAYRELL, 2003).

Para Miguel Arroyo (2017) os estudos sobre juventudes apontam para um novo tempo de juventudes, para uma nova condição juvenil, e ressalta que a juventude não é uma categoria estática, mas marcada por “construções históricas, sociais e culturais” (p. 223) e que a

partir desse dado é preciso dizer que a história nunca reconheceu uma única forma de condição juvenil. Assim, podemos compreender as juventudes como sujeitos sociais e singulares, a partir do entendimento que eles têm pertencimentos, de raça, gênero, classe e que o conjunto dessas dimensões vai interferir na maneira como esses sujeitos se produzem e reproduzem socialmente.

Quando refletimos sobre os e as jovens como participantes do tráfico de drogas, precisamos reconhecer a situação de vulnerabilidade que encerra suas vidas, como diversas pesquisas apontam. Para isso recorremos aqui à noção de interseccionalidade na produção da identidade e da sobreposição de opressões vivenciadas por eles e elas, bem como ao conceito de precariedade para entender porque certas vidas são mais vivíveis que outras. Ambos os conceitos convergem, e nos ajudam a compreender a trajetória de vida de mulheres jovens que passam pela experiência do tráfico de drogas.

Kimberlé Crenshaw define que “a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação” (2002, p. 177). A interseccionalidade nos leva a articular, na compreensão dessas vidas jovens, a interação entre as opressões de raça, classe, gênero, geração e territorialidade. A vida dos e das jovens participantes do tráfico de drogas, está constantemente atravessada pela sobreposição dessas opressões, de maneiras diferenciadas para ambos. Judith Butler nos informa que precariedade “designa a situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e a morte” (BUTLER, 2018a, p. 40).

Ambas as teorizações apontam para uma condição de vivência que exige reposicionamento do Estado democrático de direito, fazendo com que essas vidas apareçam, sejam reconhecidas e que a formulação de políticas públicas sejam direcionadas às suas necessidades, particularidades e demandas.

[...] isso implicaria em compromissos positivos no sentido de oferecer os suportes básicos que buscam minimizar a precariedade de maneira igualitária: alimentação, abrigo, trabalho, cuidados médicos, educação, direito de ir e vir e direito de expressão, proteção contra os maus-tratos e opressão” (BUTLER, 2018b, p. 41)

Como já elucidado nesse texto, o Estado, por muitas vezes, além de se ausentar na formulação e implementação de políticas públicas para a juventude que está envolvida com o tráfico de drogas, ainda atua na sua consistente eliminação. Assim buscamos refletir como, junto aos conceitos acima descritos, da precariedade e da interseccionalidade, essas jovens resistem aos processos de opressão e violências engendrados em suas trajetórias. Acionamos, apoiadas pelas formulações Butlerianas, a agência, que é entendida como a capacidade de ação dos sujeitos dentro das estruturas de poder, onde os processos de resistência, forjados no desejo ressignificam atos, alterando-os. Assim para Neiva Furlim apoiada nas concepções

de Butler, “a intuição da agência é sempre resistência ao poder e se constroi na dinâmica da interação social” (FURLIM, p. 401).

Pensar como essas jovens resistem aos processos de violência e opressões nas suas trajetórias, nos faz compreender como o conceito de interseccionalidade opera de maneiras distintas vindo a dificultar a viabilidade da vida e dos processos emancipatórios dessas jovens. Chamá-las de jovens e nos atentar aos processos que elas vivenciam, suas experiências, potência e afetos, contribui para incluí-las na categoria das juventudes, pensá-las como sujeitas ativas de suas trajetórias, que resistem e procuram viabilizar cotidianamente suas vidas.

3 - O PESSOAL É POLÍTICO: REFLEXÕES TEÓRICAS QUE NOS PERMITEM BORRAR AS FRONTEIRAS NORMATIVAS

O que temos tentado fazer na pesquisa de mestrado em desenvolvimento é ampliar o olhar sobre as jovens que, de maneiras distintas, acionam suportes para uma saída alternativa às estatisticamente apontadas para a juventude mais vulnerável no Brasil. Para isso apostamos na escuta de narrativas de jovens que tiveram a experiência da passagem pelo tráfico de drogas, aqui no município de Belo Horizonte/MG. Quando paramos para ouvi-las e pensamos na boniteza que transcende histórias marcadas por tantas violências, compreendemos que “o corpo respira, respira para si mesmo nas palavras, e encontra aí certa sobrevivência provisória” (BUTLER, 2018b, p. 95). Pensamos que não há liberdade total para essas jovens dentro das possibilidades e políticas atuais, mas ainda assim são corpos que resistem e persistem.

Quando pensamos num enquadramento retratado para a existência dessas jovens, nos apoiamos no que nos dizem as pesquisas, os dados estatísticos, a mídia, etc. tendemos a traçar um itinerário de morte e violência para essas existências. Ora, de fato a situação desenhada para a juventude brasileira é alarmante e deve nos suscitar preocupação e movimento. Entendemos que o projeto de país que se desenha para as juventudes negras, pobres e periféricas é um projeto de extermínio. Ser jovem, mulher, pobre e com a experiência do tráfico de drogas, encerra inúmeros apagamentos e desvalorização de suas experiências de vida, seja pela aniquilação dos seus corpos, pelo aprisionamento, ou pela violência epistêmica.

Porém o que queremos atrair a atenção aqui é para o que estamos chamando de “borrar as fronteiras”, que são os momentos onde essas jovens “escapam” desse itinerário e constroem viabilidades para suas existências. O relato de Ana, personagem real da obra “Falcão – Mulheres e o tráfico” nos ilustra as reflexões feitas até aqui, e nos suscita a compreensão dos processos de agência das jovens mulheres na condução do reposicionamento de suas trajetórias:

[...] O negócio é que aqui é um lugar muito violento, que as pessoas não têm oportunidade de nada, nem de aprender alguma coisa diferente, nem têm nada de lazer para se distrair, para fugir um pouco dessa situação toda. A juventude meio que entra nisso tudo, por isso tudo. Ainda mais quando se é jovem, né?! Quando a gente tá

precisando sair, se distrair, procurar coisas novas. Mais as coisas tão mudando. A juventude já mudou um pouco. Já tá estudando, procurando alguma coisa pra fazer. Mas não é porque as coisas estão vindo pra gente não, a gente que tá indo atrás delas. Porque se for esperar pra que a coisa mude, já viu, né? Mas é como eu te falei, falta a tal da oportunidade. E é isso que dificulta. Muitas vezes não basta ter vontade de mudar, correr atrás, se as portas estão sempre fechadas pra gente. A gente tenta, tenta, mas não consegue sair dessa situação (ATHAYDE, BILL, 2007, p. 186-187).

Compreendemos, no entanto, que as possibilidades para as juventudes aqui retratadas ainda são incipientes, e que são as juventudes que as estão construindo. Quando Ângela Davis nos diz que o pessoal é político, ela alarga o entendimento que a vida permeada por violências e privações não está centrada apenas no sujeito, mas reverbera em todos aqueles que com eles caminham (DAVIS, 2015). Assim, quando uma jovem ousa traçar um caminho diferente àquele que as normas vigentes lhes oferecem, ela carrega consigo toda uma rede de afetos, e essa luta é uma luta constante. Pensando também com Butler, essas possibilidades de existir, de aparecer acontecem porque a falta de liberdade é uma premissa sempre presente na vida dessas jovens, assim como a luta contra as condições não escolhidas de vida (BUTLER, 2015). Ainda pensando com Butler, a partir das concepções de Neiva Furlim (2013) compreendemos que a agência reside no desejo dos sujeitos em “romper com certa cadeia de repetições, ressignificando práticas sociais e produzindo novos efeitos, que passam a ser reiterativos em um determinado contexto social” (p.398), portanto, podemos compreender que a agência é política, tendo em vista que permite,

[...] processos de ressignificação e de mudança social. Se os limites impostos aos sujeitos não são parte da estrutura da pessoa, e sim uma construção sociocultural, então eles estão sujeitos aos processos de renovação, por meio da ação das pessoas e dos novos atos que se começam a repetir dentro de contextos sociais específicos (FURLIM, 2013, p. 398)

Pensando na fundação do desejo que incorre na agência dessas jovens em ressignificar suas realidades, cabe-nos sinalizar que não há como lutar pela emancipação dessas jovens e com essas jovens, política e academicamente, sem que essa luta esteja intimamente ligada à desconstrução do punitivíssimo penal instaurado no Brasil. Parece-me que não há políticas sociais que deem conta do abismo social instaurado para a juventude negra e pobre no Brasil, pensando que os índices de aprisionamento e extermínio superam em larga escala os índices das políticas de ações afirmativas implantadas no país, assim nos perguntamos à quais juventudes são dadas o direito de viver? Compreendemos que o investimento nessas políticas deve estar aliado à luta pela viabilidade da vida desses outros jovens, os das estatísticas de morte, que só se fará com o combate intenso e exaustivo às políticas de repressão, às políticas de guerra às drogas, ao racismo e ao patriarcado.

Sem uma crítica da violência do Estado e do poder que ela tem para construir o sujeito da diferença cultural, nossas reivindicações de liberdade correm o risco de sofrer uma apropriação pelo Estado que pode nos fazer perder de vista todos os nossos demais compromettimentos (BUTLER, 2018b, p. 195).

Quando essas jovens fazem o relato de si, permitem-se serem afetadas pelas condições dos seus iguais, ousam desafiar as políticas públicas que não as querem ali, que não as reconhecem como sujeitas. Quando elas se sentem amadas, queridas e capazes de amar também, as fronteiras normativas se borram, e aí inaugura-se uma perspectiva de resposta à realidade diferente do que estava planejado. Essas reflexões, ainda em construção, nos fazem vacilar o quadro pintado pra essa juventude, afinal é só com a escuta e a visibilização acadêmica e social das construções afetivas, culturais, educacionais dessas jovens é que poderemos estabelecer novos quadros.

4 – POR OPORTUNIDADES DE VIDA! CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas formulações, ainda iniciais, sobre a agência e resistência de mulheres jovens que tiveram a experiência do tráfico de drogas, é uma tentativa de, junto às teorias que nos auxiliam nessas reflexões “insistir que devemos formular novas constelações para pensar a normatividade, se quisermos proceder de maneiras intelectualmente abertas e compreensivas a fim de compreender e avaliar o mundo que vivemos” (BUTLER, 2018b, p. 207). Quem sabe assim também possamos pensar as possibilidades de existir para essa parcela da juventude que atualmente é deveras negligenciada.

Os movimentos sociais articulados na luta pela vida das juventudes no Brasil, já se mobilizam na denúncia do genocídio em curso para a população negra e para a necessidade de repensarmos as políticas prisionais e de drogas. Como Ana, do “Falcões” nos lembra acima, é preciso ter oportunidades, e a juventude potente e aguerrida tem criado essas possibilidades. No entanto reforçamos a necessidade de um compromisso ético e democrático do Estado e da sociedade em geral e produzir terreno fértil pra que essa juventude possa florescer.

O presente texto não tem a expectativa de concluir o debate, mas abri-lo, e com isso trazer reflexões sobre a possibilidade da agência de jovens mulheres que têm em sua trajetória de vida experiências com a criminalidade, especificamente com o tráfico de drogas, evidenciando assim o comparecimento de processos de formação humana e a potência de resistência da juventude. Perceber como as mulheres jovens, articulam seus processos de resistência dentro da estrutura de poder do tráfico de drogas ilegal, caminhando para o rompimento com essa atividade e mobilização da continuidade de projetos de vida, pode nos levar a compreender como há uma juventude que resiste, e “re-existe” na construção de vidas possíveis e viáveis.

5 - REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde**, São Paulo, Ação Educativa, Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, Mai/Jun/Jul/Ago 1997 N ° 5, Set/Out/Nov/Dez 1997 N ° 6, p. 25 a Disponível em <http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/Blog_Direito_de_se_Diferente/Considera%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20a%20Tematiza%C3%A7%C3%A3o%20Social%20da%20Juventude%20no%20Brasil.pdf> acesso em 23/08/2017

ARROYO, Miguel. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito de uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017.

BILL, MV; ATHAYDE, Celso. **Falcão**: mulheres e o tráfico. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. 270 p.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional – Ministério da justiça. **Levantamento Nacional de Informações penitenciárias INFOPEN MULHERES** – junho 2014. Disponível em <<http://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-femininano-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>> acesso em 23/08/2017

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. **Institui o Sistema Nacional de políticas públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para a repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm acesso em 25/11/2018

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. **Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm> acesso em 23/08/2017

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. **Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm> acesso em 23/08/2017

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018ª

_____. **Quadros de guerra**: Quando a vida é passível de luto? 4ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018b

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão, v. 7, p. 171-188, 2002.

DAVIS, Ângela Y. **A democracia da abolição**: para além do império das prisões e da tortura. Tradução: Artur Neves Teixeira. – Rio de Janeiro: DIFEL, 2009. 160p.

_____. **A liberdade é uma luta constante**. 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2018

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. nº24 set/out/nov/dez 2003. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação. P. 40 a 52. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf> acesso em 23/08/2017 acesso em 25/11/2018.

FEFFERMANN, Marisa. **Vidas arriscadas**: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

FILHO, Orlando Zaccone D'Elia. **Acionistas do nada**: quem são os traficantes de drogas. Rio de Janeiro: Revan, 2007. 137 p.

FURLIN, Neiva. Sujeito e agência no pensamento de Judith Butler: contribuições para a teoria social. In: **Sociedade e Cultura**. Goiânia, v. 16, n. 2, p. 395-403, jul./dez. 2013. Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/32198>

INFOPEN MULHERES, 2018 BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional – Ministério da justiça. **Levantamento Nacional de Informações penitenciárias INFOPEN MULHERES** – junho 2014. Disponível em <<http://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacaopenitenciaria-feminano-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>> acesso em 23/08/2017

IPEA, FBPS. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2018 – Ipea e FBPS**. Coordenadores: Daniel Cerqueira [et al]. 2018. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432> acesso em 25/11/2018.

KARAM, Maria Lúcia. Violência, militarização e „guerra às drogas“. **Bala Perdida**: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. Bernardo Kucinski [et al]. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2015.

RODRIGUES, Luciana Boiteux de Figueiredo. **Controle penal sobre as drogas ilícitas**: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Direito: Área de concentração: Direito Penal, Medicina Legal e Criminologia – faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. 2006. 273 p.

SILVA, Joyce Keli do Nascimento. **Mulheres no tráfico de drogas**: um estudo sobre a resposta do Sistema de Justiça Penal à criminalidade feminina. 2013. 238 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz De Fora/Minas Gerais

TERRITÓRIOS E LUGARES URBANOS DE JOVENS ESTUDANTES DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFRGS

Gabriela Borba Bispo dos Santos

Acadêmica do curso de Geografia

UFRGS - gabrielasantos1996@hotmail.com

Júlia Silveira Barbosa

Acadêmica do curso de História

UFRGS - jusb.barbosa@hotmail.com

Leonardo Brião de Oliveira

Acadêmico do curso de Ciências Sociais

UFRGS - leocienciasocial@gmail.com

Victor Hugo Nedel Oliveira

Professor de Geografia do Colégio de Aplicação

UFRGS - victor.juventudes@gmail.com

Resumo: As juventudes contemporâneas ganham cada vez mais espaço nas pesquisas e discussões acadêmicas, pois as suas problemáticas revelam um mundo complexo que desafia estigmas sociais e promove novos e profundos conhecimentos acerca de sua composição, ação, identidade. Tais juventudes são heterogêneas, ou seja, se manifestam de maneira distinta e criam laços de pertencimento com as pessoas e com os espaços que gostam de frequentar, deixando assim, sua marca por onde passam. O estudo com os jovens busca, principalmente, compreender suas distintas culturas, as relações com os demais jovens e seus locais de pertencimento ou de trânsito. Ou seja, diante da diversidade da categoria juventude, entende-se que há uma pluralidade entre esses sujeitos acarretando diversas identidades, inclusive na escolha de lugares para frequentar. A presente pesquisa teve como principal objetivo analisar as percepções e experiências urbanas vividas por jovens escolarizados do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na cidade de Porto Alegre. Para atingir os objetivos propostos, efetuou-se a combinação de duas etapas metodológicas, a primeira sendo um questionário aplicado por meio da plataforma online Google Forms, o qual consistiu em quatro seções principais: a caracterização da amostra da pesquisa; perguntas referentes a locais e vivências urbanas em Porto Alegre; análise de afirmações na Escala Likert e perguntas com imagens de diferentes espaços urbanos. Na segunda parte da coleta de dados, utilizou-se da metodologia de cartas, na qual os jovens estudantes teriam vinte e quatro horas com algum visitante hipotético, e deveriam escrever sobre os locais que apresentaria ao visitante na cidade. Os resultados da pesquisa revelam que 46% dos jovens-estudantes do Colégio de Aplicação da UFRGS concordam parcialmente que Porto Alegre é uma cidade perigosa e 45% concordam totalmente, a partir desses resultados podemos notar que os jovens possuem certo medo em relação a sua cidade. Estes jovens têm determinados níveis de entendimento e percepção sobre os espaços urbanos apresentados, mesmo que suas situações socioeconômicas sejam muito diferentes; cabe ressaltar que há heterogeneidade entre os jovens, de maneira que o seu consumo, percepções, vivências variam bastante. Os jovens do Colégio de Aplicação da UFRGS, em sua maior parte, têm uma relação positiva com a instituição. Demonstrem, também, ter determinada consciência

e entendimento sobre os espaços urbanos apresentados nas imagens. Os sujeitos mantêm uma relação com a cultura globalizada do consumo na medida em que seus locais de preferência corroboram com essa lógica, e, em sua maioria, sonham em viajar para países que sustentam e detêm esse ideal de vida e cultura global. Nas cartas, percebeu-se que os locais públicos predominam no fluxo dos jovens participantes da pesquisa, e que há uma visão sobre Porto Alegre ser perigosa devida ao grande número de assaltos. Percebeu-se, em diversas cartas, que o itinerário escrito passou por lugares que estes jovens escolarizados circulam em sua rotina, como apontado por eles em seus escritos. Os participantes também instruíram o visitante sobre a questão da segurança da cidade, para que ele tivesse cuidado com os assaltos. Desta forma, entende-se que os jovens do projeto frequentam, ocupam ou pensam em conhecer os seus espaços urbanos, prioritariamente os públicos. É possível considerar que os jovens contemporâneos sujeitos da pesquisa se apropriam do espaço urbano, entretanto, por motivos de falta de segurança é notado que tais sujeitos se sentem inseguros em relação ao seu trânsito na cidade de Porto Alegre. Por outro lado, podemos observar que mesmo com a onda de insegurança urbana presente nas metrópoles brasileiras, os jovens têm preferência por circular em locais públicos da cidade, indo de encontro com a lógica de um encarceramento urbano.

Palavras-chave: juventudes; cidade; Porto Alegre; Colégio de Aplicação da UFRGS.

INTRODUÇÃO

As Juventudes Contemporâneas vêm sendo cada vez mais debatidas dentro do meio acadêmico com o objetivo de discutir e compreender como os jovens vivem. Dentro do presente artigo, veremos como os jovens estudantes do Colégio de Aplicação da UFRGS percebem e como se apropriam da cidade de Porto Alegre.

A juventude está na faixa etária dos 15 aos 29 anos, segundo o censo do IBGE (2010). É uma etapa da vida que acontece muitas mudanças como o término do Ensino Médio, o início da faculdade, a inserção no mercado de trabalho, entre outros. O Jovem está presente em todos os lugares, entretanto, muitas vezes não é chamado para ajudar a tomar alguma decisão e/ou é ouvido quando se expressa.

Primeiramente, é preciso estabelecer que haja diferença entre estudar jovens e adolescentes, sendo que cabe aos pesquisadores das juventudes entender as culturas juvenis, suas relações consigo e com os demais, além dos seus espaços de pertencimento. Pais (2001) reivindica a necessidade de entender que há a pluralidade entre os jovens, justamente pela diversidade entre as suas culturas neste segmento social. Visto isso, é importante salientar que a diversidade também afeta as relações sociais pelos jovens, e sua maneira de entender o seu mundo, assim sendo, de que maneira se posicionam diante de situações, identidades e locais.

Em sentido contrário a um entendimento homogeneizante e apassivador, os jovens criam e ressignificam símbolos que mudam a maneira de interagir com o espaço e os fenômenos que adentram ele, ou seja, eles, como indivíduos ativos, assimilam aquilo que lhes é externo a partir de sua realidade, e, assim, a transformam do modo como eles se identificam no mundo ao mesmo tempo em que esse mundo externo estrutura-os de tal feição que, tendo em vista todas variáveis estruturantes, é eminente a riqueza de expressões que expõe a heterogeneidade que a eles é característico.

A cidade é o espaço onde acontecem as ações, onde residimos e onde criamos nossos laços de pertencimento. Devemos considerar que a realidade nas grandes e médias cidades está difícil, pois as questões de mobilidade e segurança estão dificultando para que tenhamos uma apropriação plena do espaço urbano. Os jovens compõem um quarto da população do Brasil, isto é, 51,3 milhões; dessa totalidade 84,8 % estão nas cidades e 15,2 % estão no campo, censo do IBGE (2010). Através da mídia, vemos que a vida nas grandes cidades está difícil pela ausência de segurança nas ruas e um levantamento feito SNJ (Secretaria Nacional da Juventude, 2013), nos diz que um dos maiores problemas que preocupam os jovens é exatamente esse, a questão de segurança e violência; 51% desses jovens já perdem alguém próximo por esse motivo. O ir e vir dos indivíduos tem encontrado imensa dificuldade por vários motivos, e um deles, é a inadequação do transporte coletivo e as reclamações se sucedem, tais como, ônibus sucateado, não atende o trajeto, passagem “cara” e pouca acessibilidade para determinados bairros.

Sendo assim, surge a principal interrogação da pesquisa “Como jovens do Colégio de Aplicação da UFRGS percebem e vivem a cidade de Porto Alegre?”, visto que os jovens também são habitantes da cidade, e que conforme Carrano (2003) a cidade também é um espaço educativo.

BREVE REFERENCIAL TEÓRICO

Para uma melhor compreensão dos sustentáculos de análise a que o presente projeto de pesquisa se propõe a analisar, secciona-se o referencial teórico em dois momentos: o primeiro tratando sobre a cidade e o espaço, e o segundo, sobre as culturas juvenis.

A cidade é onde as diferenças se encontram com frequência, onde o trânsito é constante, de maneira que a paisagem não é inteiramente estática, está em constante mudança, movimento. A cidade pode ser entendida, também, como uma multidão de desconhecidos, pelos quais estamos abertos cotidianamente, diz Reyes (2005):

Viver na cidade é viver a dinâmica da realidade cotidiana, é estar inserido no fluxo da vida diária com tudo o que esse fluxo prepõe. É como estar aberto não só ao conhecido, ao que é familiar, mas, sobretudo, estar disponível ao olhar do estranho (p. 19)

Já o espaço, definido por Santos (1997) como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá” (p. 51), relaciona-se com a ideia de cidade na medida em que consegue dar conta de suas relações com um dos objetos de estudo desta pesquisa, o espaço urbano. Este último, por sua vez, é definido como “uma unidade de análise consistindo em um conjunto de edifícios, atividades e população conjuntamente reunidos no espaço” (CLARK, 1991, p. 37).

É notável a presença dos jovens nos espaços na medida em que observamos sua linguagem e vestimenta, ou quando escutam música e mexem no celular. Trata-se de múltiplas características, que se relacionam com contextos locais e globais, que atravessam a escala coletiva e individual, expressadas de diferentes formas, e são fortemente representadas nas gerações de juventudes contemporâneas. Essas são as culturas juvenis, são múltiplas, e, por vezes, ditas efêmeras. São amplamente trabalhadas por Feixa (1998), quando afirma que:

En un sentido amplio, las culturas juveniles se refieren a la manera en que las experiencias sociales de los jóvenes son expresadas colectivamente mediante la construcción de estilos de vida distintivos, localizados fundamentalmente en el tiempo libre, o en espacios intersticiales de la vida institucional. (p. 32)

Reforçando o caráter diverso da juventude, podemos ressaltar Pais (2003) quando diz:

[...] a juventude deve ser olhada “não apenas na sua aparente unidade, mas também na sua diversidade”, pois não há um único conceito de juventude, que possa envolver todos os campos semânticos que a ela estão associados. (p.98).

Portanto, as juventudes são múltiplas na medida em que existem de vários modos diante das distintas realidades que encontramos nos espaços da vida real. Sua diversidade vai do individual ao coletivo, mas é expressa neste último na medida em que agem e são percebidos nos espaços em que transitam.

METODOLOGIA

A metodologia da investigação foi construída a partir da convergência de duas ações metodológicas: um questionário auto-aplicável e a escrita de uma carta ao visitante, a partir da metodologia de cartas, desenvolvida por Oliveira e já trabalhada em escritos como Oliveira e Lacerda (2018a; 2018b) e Oliveira (2018).

Foi aplicado um questionário virtual com a finalidade de interrogar os sujeitos sobre suas relações com a cidade de Porto Alegre. Para coletar o material necessário à pesquisa, foi aplicado um questionário nas turmas de ensino médio do CAP, com jovens-estudantes de idade entre 15 e 29 anos, aprovado pelo comitê de ética da UFRGS e aceito pelos pais e alunos. O questionário foi produzido no Google Forms, deste modo foi possível que os alunos respondessem nos seus celulares, dentro do ambiente de sala da aula. Pela idade delimitada, 15 a 29 anos, preferiu-se trabalhar com turmas de ensino médio do 1º ao 3º ano.

O questionário foi dividido em duas seções: a primeira, está dedicada a caracterização dos jovens; a segunda, trata de um conjunto de perguntas onde o respondente pode ter alto grau de concordância ou discordância e para tal, utilizamos a escala Likert.

Por uma busca de um mapeamento do fluxo urbano dos jovens contemporâneos estudantes do Colégio de Aplicação da UFRGS, com foco nos espaços urbanos de Porto Alegre ocupados por aqueles, a metodologia qualitativa do projeto foi a escrita de uma carta hipotética ao viajante, que ficaria na cidade por 24 horas em companhia do jovem. A produção de escrita foi realizada por estudantes de uma turma do segundo ano do ensino médio do CAP UFRGS.

Figura 1: exemplo da carta entregue para ser escrita.

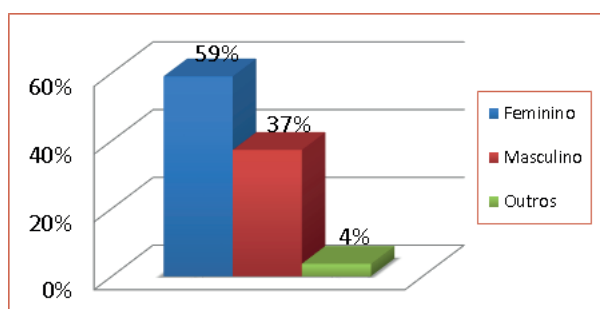
Organização: os autores (2018)

A escrita da carta ao viajante ocorreu em sala de aula, para tal, cada estudante recebeu uma folha com a orientação: “prezado viajante, me chamo (fulano) e teremos um dia juntos na cidade de Porto Alegre. Assim, eu gostaria...”. A partir desse ponto, cada participante narra um dia de trânsito em Porto Alegre relatando os locais em que levaria um hipotético viajante. Numa totalidade foram vinte e quatro cartas analisadas.

RESULTADOS

Por termos inúmeros resultados dentro da metodologia qualitativo-quantitativo se buscam uma síntese desses. Em relação ao gênero, podemos observar que o índice do sexo feminino é maior quando comparado ao sexo masculino e o percentual de outros gêneros é baixo.

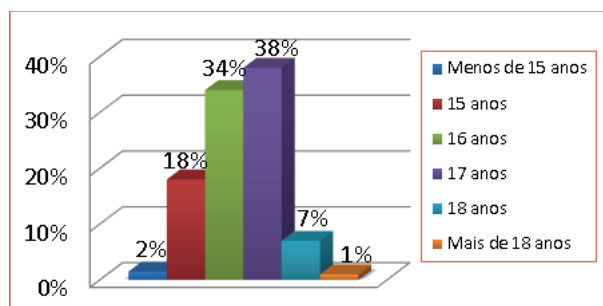
Figura 2 – Gráfico sobre gênero



Fonte: os autores (2019)

Quanto à idade, temos um alto percentual de sujeitos que possuem 16 e 17 anos, faixa etária que compreende os menores de idade. Se somarmos todas as porcentagens desde menos de 15 anos até 17 anos, temos um universo 91% de sujeitos menores de idade e os sujeitos que tem 18 anos ou mais é inferior.

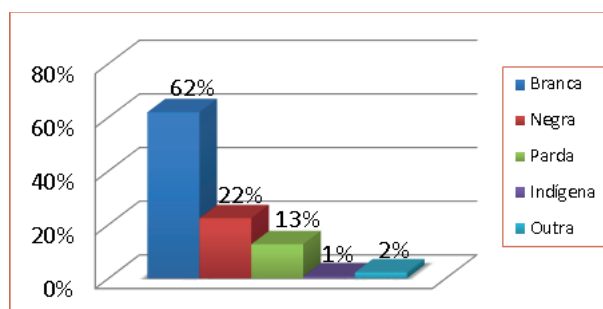
Figura 3 – Gráfico sobre idade



Fonte: os autores (2019)

Na etnia, observamos que a predominância é de sujeitos brancos e com uma porcentagem mediana, temos sujeitos que se reconhecem como negros e pardos. Quanto ao índice da etnia indígena ou de outras etnias, é mínimo.

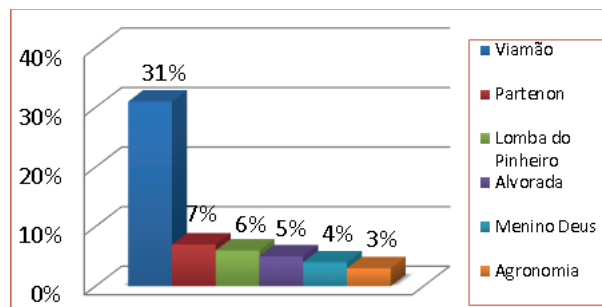
Figura 4 – Gráfico sobre etnia



Fonte: os autores (2019)

Já quando perguntamos o bairro ou cidade que o jovem morava, observamos uma grande quantidade concentrada em Viamão, que é uma cidade conurbada com Porto Alegre e próximo à instituição. Consecutivamente, temos, entre as minorias, bairros próximos do colégio, com exceção de Alvorada. O restante dos bairros citados se divide em mais faixas não representadas no gráfico.

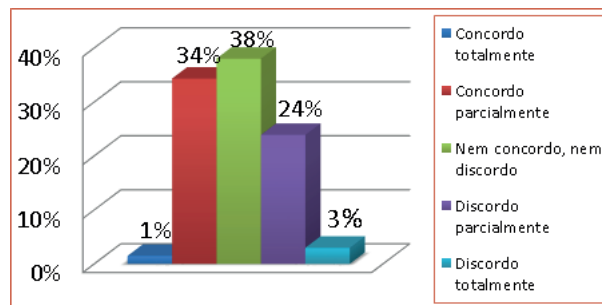
Figura 5 – Gráfico sobre bairro e cidade



Fonte: os autores (2019)

Agora vamos analisar as perguntas que compõem a escala Likert. Questionamos se Porto Alegre é uma cidade boa para se viver e obtivemos como resposta que 38% destes sujeitos nem concorda, nem discorda. Mas ao isolarmos esse eixo, vemos nas colunas da esquerda um índice de 35% de que concordam que Porto Alegre é uma cidade boa para se viver, ao passo que, nas colunas à direita temos um índice de 27% que discorda. Em linhas gerais, estes sujeitos têm uma boa relação com a cidade.

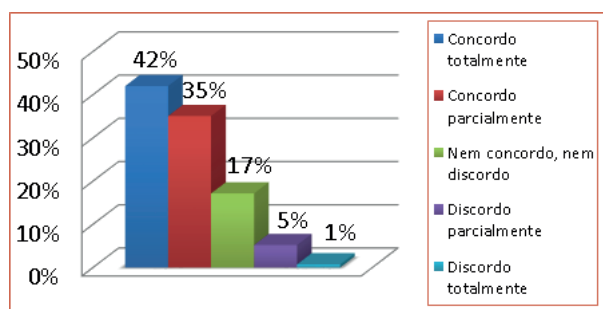
Figura 6 – Gráfico referente à pergunta: Porto Alegre é uma cidade boa para se viver?



Fonte: os autores (2019)

Em um contraponto interessante, analisa-se uma pergunta referente aos espaços públicos da cidade. Foi questionado se em Porto Alegre as pessoas frequentam os espaços públicos e temos um universo de 77% de sujeitos que concordam; seguido de um percentual mediano de pessoas que nem concordam, nem discordam e temos um baixo percentual de discordância. Assim, demonstra-se que apesar do clima de insegurança na cidade ainda frequenta-se os espaços públicos da cidade.

Figura 7 – Gráfico referente à pergunta: Em Porto Alegre, as pessoas frequentam os espaços públicos?

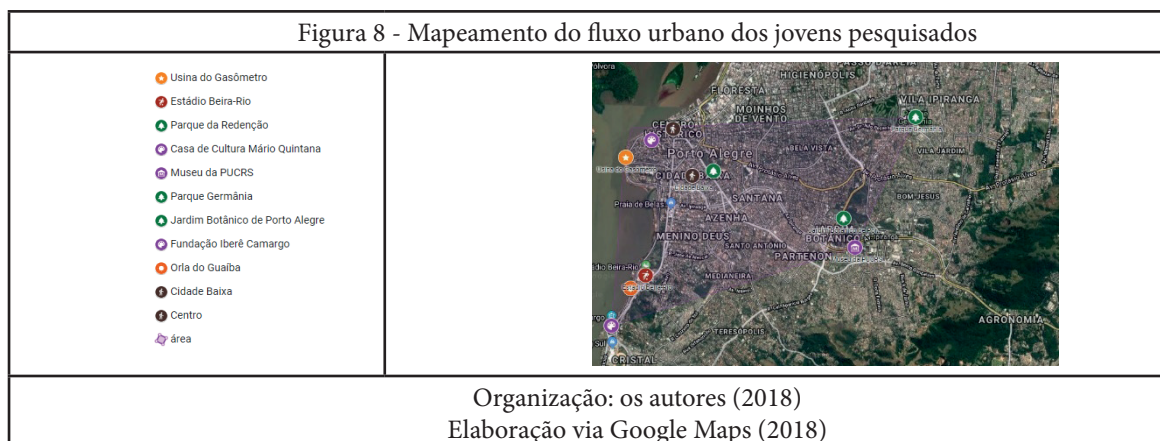


Fonte: os autores (2019)

Com a aplicação da metodologia das cartas, observou-se um mapeamento de espaços frequentados pelos jovens da pesquisa na cidade de Porto Alegre, ou como espaços que desejam frequentar ao lado do visitante. Logo, apesar de superficialmente apresentarem resultados qualitativos, ao buscar uma análise delicada de todos os nomes de lugares citados nas cartas, foi possível fazer uma série de gráficos quantitativos.

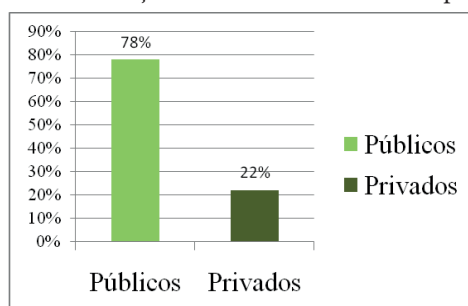
Foram retirados das cartas todos os Espaços Urbanos de Porto Alegre citados pelos sujeitos da pesquisa, como espaços com nomeação genérica ou com o próprio. Houve lugares referenciados de uma relação íntima, como as casas das famílias ou outros espaços de intimidade, no entanto para a análise quantitativa buscou-se o locais que mais foram citados dentre a lista de tantos outros referidos. Assim sendo, a partir de um empate com a porcentagem e referência nas cartas, a análise fez-se para onze espaços. Conforme a imagem do mapeamento, os espaços foram: Usina do Gasômetro, Estádio Beira-Rio, Parque da Redenção, Casa de Cultura Mário Quintana, Museu de Ciências e Tecnologias da PUCRS, Parque Germânia, Jardim Botânico de Porto Alegre, Fundação Iberê Camargo, Orla do Guaíba, e os bairros Cidade Baixa e Centro.

Figura 8 - Mapeamento do fluxo urbano dos jovens pesquisados



Assim, diante da lista dos onze espaços urbanos mais citados, buscou-se classificar estes lugares para a análise quantitativa. Como visto abaixo:

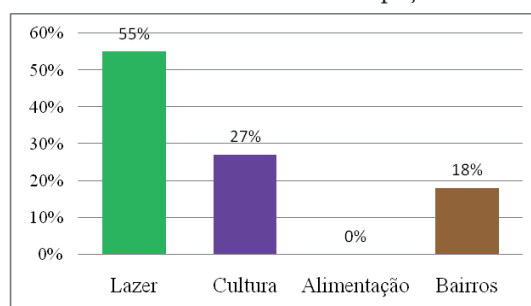
Figura 9 - Gráfico Relação Público x Privado dos Espaços Citados



Organização: os autores (2018)

É preciso ressaltar que para este primeiro gráfico os bairros foram excluídos porque são entendidos como espaços de trânsito. Então, conforme o gráfico, há uma grande diferença porcentual entre os eixos, sendo 78% dos nove espaços citados restantes espaços públicos. Percebeu-se que há uma valorização e ocupação dos jovens pelos locais públicos, sendo mencionados inúmeras vezes. Ultimamente, jovens de Porto Alegre estão realizando eventos em áreas públicas como uma maneira de ocupar e se sentirem pertencentes da cidade, colocando suas marcas materiais e simbólicas nos espaços. Repara-se que em maior parte dos espaços públicos citados, eles também são locais abertos por serem parques ou locais da Orla do Guaíba. O que se pode afirmar é que além de ser um local público, os sujeitos da pesquisa ocupam locais abertos. Sobre os lugares privados, que compõem 22% do gráfico são espaços de cultura como museus que há de pagar a entrada, como o Museu de Ciências e Tecnologias da PUCRS, mas que há de se afirmar que a frequência neste museu cabe em boa parte por estudantes de escolas quando vão a passeios estudantis, ou os estádios de futebol, que também há de pagar a entrada para ter direito de ver os jogos, sendo exemplificado no Beira- Rio.

Figura 10 – Gráfico: Características dos Espaços Urbanos citados



Organização: os autores (2018)

Sobre os lugares referenciados, há uma diversidade característica entre eles, visto que não foram selecionados apenas um tipo de espaço urbano para ir junto com o visitante, o que possibilita afirmar que houve uma preocupação por parte dos sujeitos com que o visitante pudesse conhecer diferentes lugares de Porto Alegre, não ficando apenas em um passeio entre parques ou museus, por exemplo. O que faz um contraponto com a pergunta citada anteriormente, sobre qual lugar frequenta pelo menos uma vez ao ano. Quando se repara que os sujeitos da pesquisa frequentam muito locais de consumo, mas para os visitantes optam por áreas de lazer e cultura. Desta maneira, entende-se que eles frequentam os espaços citados na lista dos onze mais citados, mas que também gostam de frequentar shoppings e cinemas. Assim, é preciso diferenciar o lugar concreto em si das atividades culturais possíveis, ou seja, num exemplo, os jovens da pesquisa frequentam a Casa de Cultura Mario Quintana, mas não necessariamente para assistir peças de teatro ou exposições artísticas, mesmo que estejam nesse local. Possivelmente, de maneira individual ou com o grupo de amigos ocupam o espaço citado nos seus corredores e calçadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos tantos resultados, afirma-se que os jovens pesquisados conhecem a cidade de Porto Alegre (POA), e os seus espaços urbanos, sendo estes ocupados ou apenas perpassados pelos sujeitos. Logo, entende-se que há uma marcação, circulação e ocupação da cidade pelos mesmos, sendo sujeitos que ensinam e aprendem com a cidade. Por outro lado, há a falta de percepção entre tempo e distância com espaços de zonas opostas, enquanto valorizam a zona central de POA.

Outro detalhe reparado é a supervalorização de espaços públicos da cidade, visto que foram em maior parte dos espaços mais referenciados nas cartas. E que estes são espaços como parques, bairros de trânsito e consumo, além da Orla do Guaíba, que é característica da capital gaúcha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventudes e Cidades Educadoras. Petrópolis. Editora Vozes, 2003.
- CLARK, David. Introdução à Geografia Urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- FEIXA PAMPOLS, Carles. La ciudad invisible: territorios de las culturas juveniles. In: MARGULIS, Mario; CUBIDES, Humberto; VALDERRAMA, Carlos. Viviendo a toda: jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades. Santa Fé de Bogotá: Universidad Central; Siglo Del Hombre, 1998.
- IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>
- PAIS, José Machado. Ganchos, Tachos e Biscates. Jovens, Trabalho e Futuro. Porto: Ambar, 2001.
- PAIS, José Machado. Culturas Juvenis. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

REYES, Paulo. Quando a rua vira corpo ou a dimensão pública na ordem digital. Editora Unisinos, 2005.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel; LACERDA, Miriam Pires Corrêa De. Culturas Juvenis e Pertencimento Urbano: Mapeando os Fluxos Juvenis na Cidade. REVISTA FSA (FACULDADE SANTO AGOSTINHO), v. 15, p. 110-124, 2018a.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel; LACERDA, Miram Pires Corrêa de. Jovens e Cidade: um Estudo sobre a urbanidade de Jovens Contemporâneos. In: OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. (Org.). Pesquisa em Educação e em Juventudes: Inquietações Cotidianas. 1ed. Beau Bassin: Novas Edições Acadêmicas, 2018b.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. Pesquisa em Educação e em Juventudes: Inquietações Cotidianas.. 1. ed. Beau Bassin: Novas Edições Acadêmicas, 2018.

EDUCAÇÃO, JUVENTUDES E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: OS SENTIDOS ATRIBUÍDOS PELOS JOVENS EM OCUPAÇÕES DE ESCOLAS EM GOIÁS ENTRE 2015/2016

João Batista Coelho Cunha

Mestrando em Educação

PUC – GO - jornalcafil@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho, insere-se na Linha de Pesquisa Educação, Sociedade e Cultura, do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC Goiás. Tem como tema de estudo a participação política da juventude no processo de ocupação das escolas da rede estadual de educação. Tem-se como objeto de pesquisa os sentidos atribuídos pelos jovens estudantes secundaristas aos processos de ocupação das escolas. Por meio da pesquisa quantitativa abordou-se o perfil social do jovem, utilizando-se de instrumentos e técnicas de coleta das informações documentais. Por meio da abordagem qualitativa realizou-se entrevistas com os participantes e as análises dos dados coletados. Investigou-se alunos egressos de escolas estaduais ocupadas, jovens entre 18 (dezoito) e 25 (vinte e cinco) anos que participaram ativamente das ocupações em suas respectivas escolas. Considera-se que as estruturas sociais do Estado moderno passaram por transformações que propiciaram o desenvolvimento do neoliberalismo e que as condições de crises educacionais não são apenas frutos de uma política local, mas sim de um plano geral de mudanças no regime de administração do Estado que utiliza reformas para implementar novas formas de precarização, que é o caso das Organizações Sociais. Compreende-se que a juventude pobre, especificamente, os jovens que participaram de movimentos de ocupação, constituem uma novidade nos regimes de participação da juventude, os movimentos sociais de juventude a partir da sensibilização sobre as políticas de precarização da escola definem pautas de protestos e com as ocupações e com mídias sociais, disputam a hegemonia política dos discursos, transformando as ocupações em um grande centro de resistência juvenil às políticas neoliberais na escola.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta os resultados preliminar dos estudos sobre as ocupações de escolas em Goiás por jovens secundaristas entre os anos de 2015 e 2016. O trabalho tem como tema de estudo a participação política da juventude, temos como objeto de pesquisa, os sentidos atribuídos pelos jovens estudantes secundarista aos processos de ocupação das escolas e o caráter formativo do movimento no qual eles estavam inseridos, formas de participação dos jovens nos movimentos de ocupação das escolas enquanto um lócus formativo.

Os estudantes a partir do movimento social juvenil, desafiaram o Estado, ocuparam as escolas e definiram uma pauta política que seria defendida por alunos em ocupação da unidade escolar. As ocupações apresentaram-se como um instrumento de luta estudantil principalmente a partir das ocupações de escolas que aconteceram em São Paulo no ano de 2015. Para a delimitação do nosso objeto de pesquisa, queremos compreender se houve ressignificações para estes estudantes que participaram desse movimento ocupação. Queremos compreender se houve de alguma maneira uma formação política e social. Se os estudantes

que ocuparam puderem aprender a partir dessa forma de organização da luta nos espaços escolares.

De certo modo, levantamos algumas questões que nos parecem pertinentes: as ocupações conseguiriam subverter a organização interna dos jovens ou eles apenas reproduziram os sistemas políticos tradicionais? Será que formas de organização política da juventude se assemelha com os modelos vindos dos adultos, ou foram inovadores? Será que as ocupações fizeram parte de um momento político de juventude que iniciou desde junho de 2013 ou os movimentos sociais de jovens em escolas ocupadas se constituem por uma categoria diferente. Os jovens conseguiram ressignificar os espaços escolares dando um novo sentido as práticas educativas, ou as ocupações foram apenas um caso isolado de participação.

Consideramos como hipótese que as ocupações mais do que parar o processo de adesão das Organizações Sociais em Goiás, conseguiram fazer com que os estudantes em um curto prazo de tempo conseguissem mudanças no seu *ethos* e também alterações na forma de perceber as estruturas sociais adquiridas desde a origem. Este processo contribuiu para se reconhecerem enquanto sujeitos políticos ativos, construindo a si, e ao grupo de modo dialético e altamente propositivo.

Como objetivo geral buscamos compreender os sentidos atribuídos pelos jovens estudantes secundarista aos processos de ocupação das escolas e o caráter formativo do movimento no qual eles estavam inseridos, formas participação dos jovens nos movimentos de ocupação das escolas enquanto um *lócus* formativo. Neste sentido, supomos que a partir da participação nas ocupações os estudantes romperam com as trajetórias sociais já determinadas, quando ensinam e aprendem de modo vivencial, quando assumem novas ferramentas de organização, enfim, uma formação não tradicional para a vida pós ocupação.

Quais os sentidos atribuídos por um grupo de jovens que participaram das ocupações de escolas em Goiânia e o quê compreenderam por democracia, participação política e organização do espaço escolar. Outras perguntas, mesmo que de segunda ordem se fazem necessárias para que se investigue o problema proposto: para estes estudantes o que mudou em às suas concepções de mundo sobre direitos do cidadão, participação política e democracia após sua participação nos movimentos de ocupação? Ou seja, o movimento de ocupação cumpriu um caráter formativo para esses jovens ou foi apenas um momento isolado em suas vidas?

Como objetivos específicos, buscamos compreender o desenvolvimento histórico da juventude; buscamos analisar os movimentos sociais de juventude em sua amplitude, em especial as transformações de tais movimentos em suas práticas e estratégias de reivindicações nas últimas décadas; compreender o sentido da participação política dos jovens no Brasil do tempo presente; investigar sobre a conjuntura do Brasil e do Estado de Goiás no que concerne à reconfiguração do papel do Estado, o processo de privatização, e as políticas para a educação entre 1990 e 2015.

1 – METODOLOGIA DE PESQUISA

Partimos do princípio que há elementos que justifiquem que as ocupações se tratam de uma resposta para os problemas constitutivos da escola pública, mas que esses problemas não seriam pontuais, mas resultado de um conjunto de ações políticas governamentais baseadas nos modelos de reformas neoliberais e reestruturações administrativas que propiciaram o terreno para uma crise estrutural na educação brasileira.

Esta pesquisa tem como perspectiva metodologia uma análise histórica dedutiva, metodologicamente de cunho qualitativo/quantitativo, pois será necessário o uso de instrumentos e técnicas de coleta das informações documentais, desde pesquisa bibliográfica do tipo estado da arte, quanto trabalho de campo com a realização de entrevistas e a aplicação de questionário. Podemos considerar que a pesquisa bibliográfica seria a mais adequada para se conhecer a literatura já construída e solidificada sobre o tema. Isto é, a partir de exame nos principais bancos de teses e dissertações que buscamos sobre os principais estudos relacionados com o tema proposto.

A pesquisa quantitativa torna-se importante para definir um perfil social no qual o nosso objeto de estudo está inserido. Por outro lado, a pesquisa qualitativa torna-se necessária para evidenciar na prática se as premissas levantadas se tornaram concretizadas. Neste sentido, a pesquisa do movimento social e a pesquisa científica em educação são também instrumentos de pesquisas aliados com a pesquisa qualitativa.

Serão investigadas escolas públicas estaduais que tiveram ocupações estudantis entre o período de 2015-2016, participaram indiretamente quatro escolas em zona central e quatro escolas em zona periférica. Como critérios de inclusão para a participação na pesquisa, buscou-se 14 (quatorze) alunos egressos de escolas estaduais ocupadas, jovens entre 18 (dezoito) e 25 (vinte e cinco) anos que participaram ativamente das ocupações em suas respectivas escolas. Em relação ao gênero, buscou-se participação de 50% de “sexo autodeclarado masculino” e 50% de “autodeclarado sexo feminino”.

Como critérios e procedimentos da abordagem do participante, os mesmos foram convidados a partir de um grupo chamado Secundaristas em Luta Goiás, que tem página na internet, grupo de Whassaap e que atuam em movimentos juvenis diversos em Goiânia desde as ocupações que aconteceram em 2015. O pesquisador foi até ao encontro dos participantes em todos os momentos, da assinatura do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) até nas entrevistas.

A entrevista (Anexo 2) foi semi-estrutura e realizada com 06 (seis) jovens que participaram das ocupações respectivamente em suas escolas, foram definidos os seguintes critérios de inclusão: 50% de participantes autodeclarados de gênero feminino, 50% de participantes autodeclarado de gênero masculino; 50% de estudantes que frequentavam escolas em zonas centrais e 50% de estudantes que frequentavam escolas em zonas periféricas; 50% de participantes autodeclarados brancos e 50% de participantes autodeclarados pardos ou negros.

Como justificativa quanto ao uso da entrevista, consideramos que este método consegue compreender mais profundamente assuntos diversos, sejam eles de natureza pessoal, assim como assuntos complexos, podendo inclusive levar a um aprofundamento de questões que foram apreendidas a partir da aplicação do questionário

2 – DESENVOLVIMENTO DOS CAPÍTULO NA PESQUISA

A partir do Capítulo 1 elaboramos uma concepção sobre o Estado moderno, nosso objetivo foi de compreender as transformações da sociedade e partir dessas visões teóricas clássicas, subsidiar nossa concepção sobre o neoliberalismo, e logo, conceber as políticas neoliberais que foram implementados nas reformas gerenciais no Brasil, entre elas o surgimento das Organizações Sociais como gestão administrativa e implementação de políticas de precarização social.

Os diálogos entre as diversas fontes clássicas foram importantes para construir as bases teóricas fundamentais para a concepção de Estado em Bourdieu (2014). O autor concorda com Max Weber (2000), em que o Estado detém o monopólio da violência, o Estado moderno monopoliza os meios de violência física ao longo de um território, mas inclui que uma das maneiras mais importantes de manter o domínio não seria violência física, mas a capacidade de relacionar-se dentro do campo político.

A legitimidade na construção do Estado precede o uso da coerção, ou seja, seria necessário mais do que violência para se conseguir o domínio político, sendo que a construção dos discursos políticos uma das maneiras de se convencer, fazer alianças e manter o poder sobre o Estado. Embora a coerção seja utilizada para manter-se no poder, não seria a violência física que garante a existência do Estado, pois existem diversas formas de violência simbólica que mesmo não sendo visíveis, interferem nas relações de poder.

Quem exerce a violência simbólica seriam os dominadores que sobressaem no *campo* político utilizando diversos tipos de capitais. Os capitais (social, simbólico, cultural, econômico, político) funcionam como instrumento de legitimação. O Estado funciona como produtor de princípios de classificação para o desenvolvimento de um valor comum dentro de um mesmo campo, para se obter o domínio do Estado, o poder de voz e de fazer em nome do Estado seria necessário que o dominante fosse capaz de estabeleça as regras do jogo.

Para Bourdieu (2014) a partir da Revolução Francesa, há uma mudança radical nas regras do jogo, onde a classe burguesa altera as relações de reprodução social, que passa de transferência de poder por parentesco para transferência de poder por nível de capital cultural, sendo a educação um instrumento de distinção e distribuição de poder na sociedade. Neste sentido, as forças de dominação, mais do que apenas usar a coerção, utilizam a coesão social baseada na cultura para dominar o Estado e as ideias que o Estado defende.

No segundo momento, discutiremos sobre as formulações políticas e econômicas do liberalismo enquanto categoria socio-história e sobre os desdobramentos conceituais que

deram origem ao neoliberalismo de Estado. Consideramos também, o desenvolvimento das políticas para a educação dentro dos moldes do neoliberalismo de estado e o ensino por resultados. Neste sentido utilizamos principalmente os seguintes autores, Anderson (1995), Giddens (2001a), Harber (2002), Harvey (2008), Hayek (1987), Lenoir (2014; 2016) Pereira (2001; 2018).

Ao apresentar o neoliberalismo como uma ideologia em Harber (2002), percebemos que existe uma ação intencionada de mudar a cultura social, implantando um valor de responsabilização da vida econômica de modo individual, isto é, a mercantilização do empreendimento da vida, onde todos poderiam, a partir de um cálculo financeiro, serem os responsáveis pelo próprio sucesso financeiro, mesmo que você não tenha as condições objetivas para conseguir.

Por fim, discutiremos neste capítulo os impactos e transformações que passaram as políticas públicas a partir do conceito de terceira via e do modelo de educação de resultados, dois projetos de implementação social que geram um modelo de seleção social, impondo aos membros mais precários da sociedade a disputa de espaço e reconhecimento para obter na competição social direitos que antes estavam garantidos, mas que agora não se garante mais.

No Capítulo 2, o estudo sobre a sociologia da juventude tem duas tarefas muito difíceis. A primeira é não deixar se pautar por premissas equivocadas sobre a juventude, muitas vezes frequentes na literatura legal ou biopsicológicas. A outra está na busca de interpretação das diferentes vertentes, muitas vezes antagônicas, que oferecem caminhos distintos em torno da abordagem sobre juventude.

Nossa perspectiva histórica, nos perpassa o interesse de delimitar o tema a partir dos elementos teóricos já foram construídos e revisitar as possibilidades de definir o jovem no objeto de nossa pesquisa. Assim, a partir das concepções sobre a sociologia da juventude, definimos um território que parece coerente para compreendermos os jovens de escola pública que estavam presentes nas ocupações entre 2015/2016.

Além de estabelecer uma análise histórico-social da juventude, também elaboramos o histórico das políticas públicas para a juventude no Brasil, principalmente nas vias de reconhecimento da juventude como uma categoria social independente da infância e juventude e que em muitos momentos tiveram tratamentos jurídicos similares, mas que apresentam uma enorme variedade de diferenças.

A juventude é muitas vezes, determinada por um recorte temporal e considerada como um período de passagem, um período de transição, sem se dar importância a esse momento por si mesmo. Mas diferente desse ponto de vista, consideramos que a juventude faz parte de um processo, e é também fruto de determinações do meio social concreto, e das diversas ações coletivas de compartilhamento, sejam ela nas trocas simbólicas e trocas reais que eles estabelecem.

As perspectivas relacionadas as políticas públicas para a juventude no Brasil nos amparam na condição de estabelecimento do jovem como um portador de direitos e que como

categoria se estabelecem em sociedade de maneira legítima para interferir nas decisões políticas em sociedade. Para Bourdieu (1983), não existe apenas uma juventude, mas juventudes, as diversas juventudes apresentam uma série de limitadores de acordo com as condições de origem e de determinados capitais herdados. Neste sentido, buscamos compreender sobre o jovem que se assemelha ao objeto analisado e suas implicações na realidade social.

No Capítulo 3, nosso objetivo foi de construir um contexto de participação política de jovens no Brasil. Inicialmente utilizamos a abordagem de Ianni (1963), que disserta sobre o jovem radical e os sentidos da ação política para a juventude em momentos transitórios da vida. Consideramos que este estudo detém potencialidades para descrever socialmente os jovens, mas em diversos pontos as abordagens do autor divergem sobre os jovens pesquisados por nós, tendo em vista que na perspectiva dos jovens pobres das ocupações de escolas, as resistências faziam sentido como uma ação política específica, de uma pauta de precarização social da escola.

Concebemos também as pesquisas de Foracchi (1972), de modo que sua abordagem sobre a participação política da juventude diverge das nossas pesquisas sobre jovens da periferia metropolitana de Goiânia em movimentos de ocupações de escolas públicas. Consideramos que Foracchi (1972) estabeleceu no seu tempo, uma categoria social de participação política de jovens tendo em vista na concepção da autora, jovens privilegiados inseridos nas universidades e participantes do movimento estudantil. Divergimos dessa concepção a autora pois os jovens que são objeto de nossa pesquisa são jovens secundaristas pobres, periféricos e estudantes de escolas públicas.

Para contextualizarmos sobre a ação de jovens pertencentes a periferia e participante de um movimento político reconhecido, buscamos a história sobre jovens pobres. Isto é, a história da representação social da juventude pobre no Brasil e como se constitui as relações de reprodução social e a manutenção das desigualdades que induzem aos jovens a se submeterem aos destinos que não foram traçados por eles, mas determinados para eles.

No último ponto do Capítulo 3, vamos a tratar sobre os movimentos sociais e a participação da juventude, a partir de Gohn (2013) vamos compreender os movimentos sociais juvenis e os sentidos e práticas dos *novos movimentos sociais* defendido pela autora, quais as semelhanças e diferenças que apresentam no caso específico do objeto estudo. O foco de nossa análise se refere às condições dos jovens de camadas populares se sua condição enquanto sujeito de participação política. Buscamos na literatura de Butler (2018) o movimento social juvenil do tempo presente, sobre como se alinham as práticas do que a autora chamou de corpos em assembleia.

A partir da tese da autora, como as organizações sociais juvenis, conseguiram através de suas práticas, estratégias e ações, se assemelhar com a realidade que estamos pesquisando. Neste sentido, buscamos delimitar este campo a partir da luta política dos jovens, e os elementos na ocupação que podem ser teoricamente comparados à outros movimentos sociais de massa que temos como referência.

No Capítulo 4, apresentamos os dados da pesquisa tipo estado da arte, buscamos teses e dissertações que pudessem contribuir com o trabalho de pesquisa que estamos realizando, também elaboramos a partir de uma pesquisa quantitativa, o perfil social dos jovens. Analisamos as diversas informações a partir do questionário, definimos também o perfil das escolas ocupadas como: escolas de zonas periféricas e escolas de zonas centrais.

No segundo momento, apresentamos os resultados da pesquisa qualitativa, nós realizamos entrevistas com jovens que participaram ativamente das ocupações e que contribuíram com seus pontos de vistas sobre o processo pelos quais vivenciaram. Assim, o nosso foco em relação às entrevistas se pautará a partir das falas dos jovens. Tentamos ao máximo compreender pelas narrativas dos jovens quais seriam os significados que ficaram atribuídos pela participação nas ocupações de escolas.

Consideramos que existem três momentos importantes nas entrevistas que serão apresentadas, inicialmente as concepções que os estudantes tinham antes das ocupações, principalmente, sobre a educação, sobre a escola e sobre o sistema educacional, sobre as críticas que evidenciaram pelas vivências no regime escolar. No segundo momento, sobre o momento em que começam as mobilizações para a ocupação, sobre os vínculos, sobre as relações emocionais, sobre os medos e esperanças que tinham no processo político que integravam.

Um terceiro momento consideramos como o pós ocupação, sobre como as questões da ocupação foram assentadas em suas memórias, sobre quais perspectivas compreendem hoje o processo que integraram e quais os sentidos que tiveram a partir da participação política e a legitimação do processo do qual participaram. Além disso, consideramos o processo de formação que procuramos evidenciar com as falas dos jovens, no sentido de uma educação ressignificada, dentro de espaços educacionais não tradicionalmente constituído.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ocupações de escolas de Ensino Médio aconteceram devido a diversos fatores relacionados a uma luta contra as reformas neoliberais que estavam sendo implantadas. Na escola da Universidade Federal de Goiás, o CEPAE, a ocupação aconteceu motivada pelas críticas ao projeto PEC 55, que posteriormente gerou a Emenda Constitucional 95. Mas como maior pauta, os estudantes protestavam contra a Reforma do Ensino Médio aplicada pelo Governo Federal.

Nas escolas estaduais os motivadores para as ocupações foram diversos, mas a principal demanda era o projeto de terceirização de gestão de 200 unidades escolares para Organizações Sociais. Consideramos que a efetiva terceirização de escolas estaduais não aconteceu em Goiás por dois motivos, o primeiro relacionado com a movimentação política e resistência dos estudantes secundaristas que se organizaram e realizaram a defesa da escola contra a gestão por OS's.

O segundo motivo surge pela pressão política que teve diversos agentes sociais, entre eles partidos políticos do campo progressista, movimentos sindicais e os movimentos estudantis articulados principalmente por meio das ocupações das escolas, que ao longo do tempo pressionou o Ministério Público Estadual a questionar a legalidade da terceirização de gestão escolar.

Sobre a constituição das OS's, se mantém uma dúvida sobre a sua real origem estrutural, como há uma exigência de que a empresa não possa ter fins lucrativos, que tipo de interesse motiva a sua criação? Nesse sentido, qual empresa privada que não visaria lucro? A educação seria uma atividade fundamental para o desenvolvimento das riquezas, da produção social e do desenvolvimento do trabalho humano, mas qual seria as reais motivações para terceirizar a educação?

Outro problema da terceirização do ensino público estaria relacionado à valorização do trabalho docente no Brasil. Entre os países pesquisados, o Brasil está classificado entre os piores salários do mundo em relação a mesma categoria. Isto é, os professores recebem 51% menos que pessoas com o mesmo nível de formação de nível superior, esses valores comparados sobre a evolução salarial entre os professores e as demais categorias foram apresentados no Relatório de Observação sobre as Desigualdades na Escolarização do Brasil produzido por um comitê técnico do Conselho de Desenvolvimento de Econômico e Social (CDES) da Presidência da República. (BRASIL, CDES, 2014)

A educação se tornou um instrumento para experimentar essas ideias na sociedade, a escola começa a se pautar por essas regras de serviço e consumo, reproduzindo as relações de consumo capitalista. Para o Estado, a terceirização repassa a responsabilidade da educação para outras instituições, como OS's, com o objetivo de substituir a responsabilidade de órgãos públicos para empresas privadas de interesse público.

A ausência de políticas públicas específicas para a juventude condena os jovens a terem uma participação política marginalizada, onde há uma violência simbólica promovida pelo Estado com o interesse de desqualificar o poder de voz e participação de jovens na realidade brasileira. Assim, relacionamos o jovem participante no contexto da realizada socioeconômica brasileira, sua inserção enquanto categoria social independente da infância, mas portadora de direitos fundamentais para a sociedade.

De modo geral, consideramos que a participação política de jovens no Brasil ainda se desenvolve em contexto com o processo de escolarização. Isto é, continuam a ser de estudantes os que participam de movimentos sociais. Mas na nossa avaliação, há contradições com o que foi abordado por Foracchi (1972). tendo em vista as questões socioeconômicas, pois os jovens participantes de ocupação não eram de setores privilegiados, mas estudantes pobres da periferia da região metropolitana de Goiânia.

Em relação à Ianni (1963), consideramos que a sua abordagem sobre a condição do jovem radical de modo transitório, pode ser uma interpretação muito coerente para o objeto de nossa pesquisa, tendo em vista e à implementação de políticas neoliberais de austeridade

nos fazem compreender uma ação política no sentido de manter as condições de gratuidade e democracia dentro das escolas estaduais. Além disso, compreendemos que os estudantes, buscam um sentido no mundo, um sentido corporal de existência que rompe com a sua invisibilidade, e as ocupações propiciaram essa condição de existência midiática, territorial e simbólica das ocupações.

O foco de nossa análise se refere às condições dos jovens de camadas populares se sua condição enquanto sujeito de participação política. Para tanto, fizemos uma pequena abordagem histórica sobre jovens pobres. Como se estabeleceu a partir do Estado um sistema repressivo de controle e exclusão sistemática dos jovens da participação na sociedade, seja com métodos de criminalização do mesmo, ou na negação de sua capacidade ação junto a sociedade.

Tratamos também sobre a concepção de movimentos sociais contemporâneos e a participação da juventude fundamentado em Gohn (2013), com o intuito de assimilar os novos movimentos sociais e posteriormente conceber os movimentos sociais juvenis como princípio de nossa análise. Para fundamentar sobre as práticas e os movimentos sociais juvenis utilizamos as concepções de Butler (2018), especificamente sobre como esses movimentos sociais se compõem com as práticas do que a pensadora classificou como corpos em assembleia.

Por último, desenvolvemos uma análise história sobre as ocupações que aconteceram em diversos Estado do Brasil. Tornou-se fundamental compreender os campos de lutas que aconteceram em diversas partes do país. O mapeamento das ocupações em diversas regiões do país nos ajudou a desenvolver melhor uma análise de semelhanças e diferenças que poderíamos ter em diferentes tipos de ocupações de jovens no Brasil nos últimos anos.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. *Balanço do neoliberalismo*. In: SADER, E.; GENTILE, P. (Org.) Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: editora Paz e Terra, 1995.

ARAYA, Adán Salinas. *Debates neoliberais em 1938. O Colóquio Lippmann*. Hermenêutica intercultural, Revista de Filosofia Nº 26, 2016.

BOBBIO, N. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983.

_____. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP, 2007.

_____. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. *Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92)* trad. Rosa Freire d'Aguiar, São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. *Escritos de Educação*. Org. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis: Vozes, 16 ed., 2015.

BURAWOY, Michael. *O marxismo encontra Bourdieu*. Org. Ruy Gomes Braga Neto. Trad. Fernando Rogério Jardim. Campinas - SP, Editora da Unicamp, 2010.

DURKHEIM, E. *As Regras do método Sociológico*. SP: Ed. Nacional, 1978.

GIDDENS, A. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da socialdemocracia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOHN, Maria da Glória. *Terceira Via, Terceiro Setor e ONGs: espaços de um novo associativismo*. In: Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 1999.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. *Os intelectuais e a formação da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HABER, S. *Introduction: the political economy of crony capitalism*. In: Stephen Haber (org.). *Crony capitalism and economic growth in Latin America: theory and evidence*. Stanford, Ca. Hoover Institution, 2002.

HARVEY, David. *O Neoliberalismo: História e Implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HAYEK, Friedrich August Von. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, Instituto Neoliberal, 1987.

HEYWOOD, Andrew. *Ideologias políticas: do liberalismo ao fascismo*. São Paulo: Ática, 2010.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Trad: Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1994.

LENOIR, Yves. *Do liberalismo ao neoliberalismo: impactos nas finalidades educativas escolares e nos saberes disciplinares*. In: LENOIR, Y.; ADIGÜZEL, O.; LENOIR, A.; LIBÂNEO, JOSÉ C.; TUPIN, F. (Org.). Trad. José Carlos Libâneo. *Les finalités éducatives scolaires Une étude critique des approches théoriques, philosophiques et idéologiques*. Saint Lambert (Quebec, Canadá): Éditions Coursus Universitaire, 2016.

LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. Trad. Julio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl; Engels, Friedrich. *Contribuição à crítica da economia política*. Textos sobre educação e ensino. 2º ed. Rio de Janeiro: Moraes, 1992.

_____. *A ideologia alemã*. 9º ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *O 18 brumário e cartas a Kugelman*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

OLIVEIRA, Clair de. *O marco do terceiro setor – doutrina e prática*. Jundiaí: Paco editorial, 2016.

PACHECO, José A. e **MARQUES**, Micaela. *Governabilidade curricular: ação dos professores em contextos de avaliação externa*. In: OLIVEIRA, Maria Rita N.S. (org.). *Professor: formação, saberes, problemas*. Porto (Portugal): Editora Porto, 2014.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Do Estado patrimonial ao gerencial*. In: SACHS, I.; WILHEIM, J.; PINHEIRO, P. S. (Org.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

UNESCO. *Políticas públicas de/para/com juventudes*. Brasília, 2004.

WEBER, Max. *Ensaaios de sociologia*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC, 5 ed., 1982.

PODEMOS MAIS: CURSINHOS POPULARES NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO E FUTURO DIGNO À JUVENTUDE PERIFÉRICA

Lorhana Luiza Lopes

Mestra em Serviço Social

Frente Territorial do Levante Popular da Juventude - lorhanalopes@hotmail.com

Jonathan Hassen da Rocha Bernardo

Especialista em Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo

Frente Territorial do Levante Popular da Juventude - jhassen.bernardo@gmail.com

Resumo: O artigo pretende apresentar a iniciativa de construção de cursinhos populares em periferias e favelas como mecanismo para proporcionar perspectivas de futuro para jovens desse território, e o debate sobre a concepção de educação. Para tal, analisa o processo de desenvolvimento brasileiro, a questão da desigualdade e exclusão social, as políticas públicas para juventude, os dilemas do jovem no território o qual está inserido e sua experiência na escola.

Palavras-chave: Juventude; Periferia; Educação; Cursinhos populares.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil se constituiu através de um processo de desenvolvimento o qual reforçou a desigualdade e a exclusão social. Ao passo que as cidades e a indústria cresciam, tal modelo de crescimento não repercutiu no desenvolvimento social, conformando uma estrutura de sociedade com graves distorções econômicas.

Na medida em que o capitalismo evoluía, as cidades assumiam papel fundamental na economia, atraindo mão-de-obra, ao mesmo tempo que criava um grande problema habitacional. Quando a crise econômica acomete o Estado, a situação dos trabalhadores se agrava, uma vez que o desemprego, o analfabetismo e as famílias numerosas são uma realidade no país. Nesse contexto, uma grande massa pobre compõe as cidades.

O processo de urbanização brasileiro, da forma com a qual ocorreu, gerou a formação de favelas e periferias, e mantém contradições até os dias de hoje. A juventude que vive nesse espaço convive com uma série de dilemas de ordem social, econômica e cultural, que afetam o seu desenvolvimento e podam sua perspectiva de futuro. As políticas/programas sociais não tem se mostrado capazes de superar os desafios do jovem que vive nas favelas e periferias, o que acarreta a manutenção da desigualdade e exclusão social.

Ainda nesse cenário, a educação incorporada à lógica capitalista passa a assumir um caráter mercadológico contribuindo para o abismo social da juventude periférica. O ensino superior permanece como espaço privilegiado que forma os filhos das elites, enquanto aos

jovens pobres é ofertado uma educação cada vez mais precarizada e desvinculada das questões pertinentes a sua realidade.

Em contrapartida, os cursinhos populares vão se constituindo enquanto ferramenta que se contrapõe ao modelo conservador de educação. Eles se forjam nas lutas populares por melhores condições de vida à classe trabalhadora com perspectivas de superação da condição de classe explorada.

2. O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL E A MANUTENÇÃO DA DESIGUALDADE E EXCLUSÃO SOCIAL

Para compreender a atual situação brasileira e a dimensão de seus desafios, é fundamental a análise do processo histórico de conformação social e econômica pelo qual o país passou.

O Brasil ao se desenvolver economicamente, não permitiu a homogeneização da estrutura social. Preocupou-se com a acumulação de capitais, adotando um padrão de desenvolvimento que reforçou desigualdades, ao invés da busca pela universalização de direitos.

A desigualdade capitalista, que se consolidara, se ancorava nas diferenças regionais, de raça/cor e gênero para criar um conjunto de trabalhadores destituídos de direitos, conforme afirma Barbosa et al (2012). Constituem-se como facetas da desigualdade social a segregação urbana, dificuldade de acesso a serviços de infra-estrutura urbana, menos oportunidades de emprego e profissionalização, exposição à violência tanto marginal quanto policial, discriminação racial, contra mulheres, crianças, dificuldades no acesso a justiça e ao lazer, conforme aponta Maricato (2003). Na década de 1930, enquanto o país se industrializava, os indicadores demonstravam mudanças na sociedade que expressavam incapacidade na construção de uma sociedade mais justa. A concentração da renda e da propriedade apontava para novas disparidades. Ainda, “o universo urbano não superou algumas características dos períodos colonial e imperial, marcados pela concentração de terra, renda e poder, pelo exercício do coronelismo ou política do favor e pela aplicação arbitrária da lei” (MARICATO, Ermínia, 2003, p.151).

Ao passo que os anos iam se passando, pelo crescente processo de urbanização, houve acúmulo de trabalhadores nas cidades, que não foram absorvidos pelo trabalho formal. A baixa escolaridade, altos índices de analfabetismo, famílias numerosas e grandes migrações foram marcas da sociedade nesse período que consistiu de 1930 a 1980. Ainda sobre esse contexto,

As oportunidades que de fato havia nas primeiras décadas do século XX para a população imigrante e depois para a população migrante (inserção econômica e melhora de vida) parecem quase extintas. A extensão das periferias urbanas (a partir dos anos de 1980 as periferias crescem mais do que os núcleos ou municípios centrais nas metrópoles) tem sua expressão mais concreta na segregação espacial

ou ambiental configurando imensas regiões nas quais a pobreza é homogeneamente disseminada. Pela primeira vez na história do país registram-se extensas áreas de concentração de pobreza, a qual se apresentava relativamente esparsa nas zonas rurais antes do processo de urbanização. (MARICATO, Ermínia, 2003, p.152).

Na década de 1980, o país experimentou o afastamento do crescimento econômico em função de uma crise econômica. Nesse período, os trabalhadores sofreram com salários corroídos, perda de poder aquisitivo, aumento da pobreza e o crescimento das cidades através da expansão das favelas. De acordo com Maricato (2000), as periferias das metrópoles cresceram mais que os núcleos centrais das cidades, implicando num aumento relativo de regiões pobres.

Nesse contexto, analisando-se as políticas habitacionais no Brasil, desde a década de 1960, identifica-se a incapacidade do poder público em suprir as demandas de habitação. Ao passo que fora extinto o Banco Nacional de Habitação (BNH), criado em 1964, que tinha como clientes prioritário famílias com até 3 (três) salários mínimos de renda, a situação se agrava acarretando o processo que “levou o trabalhador urbano a comprar ou ocupar terrenos irregulares, na periferia distante, em áreas de risco ou de proteção ambiental, gerando as diversas situações de irregularidade fundiária [...]” (MARGUTI apud IPEA, 2018, p. 120).

Somente ao fim da década de 1990 e início dos anos 2000, diante do reflorescimento da indústria e outras cadeias produtivas que viabilizaram a expansão dos empregos, que o cenário começou a melhorar. Nos anos 2000, o governo emplacou uma série de medidas de combate à pobreza, através de programas sociais, que representaram melhorias em diversos aspectos sociais. Entretanto, apesar das políticas/programas sociais implementados, a desigualdade persistiu como uma constante.

3. A JUVENTUDE PERIFÉRICA EM MEIO ÀS CONTRADIÇÕES. O ESTADO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Diante do cenário de desenvolvimento apresentado, em especial, ao processo de formação de periferias ao longo dos anos, é perceptível as raízes de certas contradições existentes nas periferias e favelas.

O jovem que está nesse espaço convive com uma série de dilemas. Há barreiras para seu acesso a educação, trabalho, saúde, lazer e cultura, que corroboram com a manutenção de uma condição de maior vulnerabilidade social. As condições socioeconômicas desfavoráveis alimentam tensões e frustrações que repercutem diretamente sobre os processos de integração social, podendo fomentar a violência e a inserção na criminalidade (ABROMOVAY apud IPEA, 2013, p.14). Ainda, a desigualdade econômica age reafirmando o distanciamento da juventude de diferentes grupos e classes sociais.

Nesse contexto, as questões da juventude periférica adquirem um maior grau de complexidade ao passo que diversos problemas, principalmente assentados em razões econômicas,

acarretam diversos efeitos na esfera social e cultural, que corroboram com a manutenção de uma condição inferiorizada de vida, repercutindo diretamente na ausência de perspectivas de futuro.

As políticas públicas criadas para o público juvenil no Brasil constituem-se como tentativas de tratar alguns efeitos acarretados pela desigualdade e a exclusão social. Por serem incapazes de incidir na raiz de determinados problemas, tais como a criminalidade, o extermínio da juventude negra, a evasão escolar e o desemprego, assumem roupagem assistencial, ao passo que as grandes questões que motivaram os problemas seguem sem resolução. Apesar disso, não podemos ignorar a criação de iniciativas tais como o Programa Escola Aberta, Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), que insere jovens no mercado de trabalho na condição de Jovem Aprendiz, Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Todos esses programas possuem sua particular importância no enfrentamento de alguns desafios aos jovens no Brasil, e em especial à juventude de baixa renda. Entretanto, também demonstram facetas contraditórias. Se observarmos o Jovem Aprendiz, desenvolvido no bojo do PNPE, na prática, o jovem experimenta postos de trabalho com funções precarizadas, consistindo numa iniciativa que cumpre mais o objetivo de garantir renda familiar, do que preparar o jovem para o mundo do trabalho ou ensiná-lo determinado ofício. Podemos analisar o PROUNI como uma importante política de acesso ao ensino superior, porém, não se pensou a permanência do jovem na universidade/faculdade, que possui despesas materiais de permanência nesse espaço, tais como transporte e alimentação, que em determinado momento também passam a se configurar como dificuldades para a sua manutenção na graduação.

Em suma, as iniciativas do poder público possuem contradições de caráter social, político e econômico, consistindo também em medidas com caráter limitado, por não conseguirem abarcar numericamente o todo da juventude que necessita, mas somente os jovens que tomaram conhecimento das políticas/programas, e que as conseguiram acessar.

4. O CONSTANTE DESAFIO DA EDUCAÇÃO DA JUVENTUDE

Apostamos na educação como instrumento da juventude para superação da desigualdade e exclusão social, porém, sobre qual modelo de educação estamos falando?

Pensar a educação somente pela perspectiva da formação profissional e preparação para o mundo do trabalho é um problema. Tal prática permeou reformas educacionais na década de 1990, motivada por um ideário neoliberal, voltando a educação para uma perspectiva de formação de mão-de-obra.

O mercado representado por velhos e novos “empresários” da educação não tem nenhum interesse em discutir temas como a dimensão social da educação, a liberdade, a autonomia do sujeito, etc. A preocupação destes “memoráveis empreendedores” concentra-se nos

altos lucros obtidos pelo mercado educacional. Para garantir esse processo de transformação da educação em mercadoria, precisam apenas “silenciar” e desqualificar as vozes que insistem com as críticas acerca do caráter mercadológico da educação na contemporaneidade. (PINHEIRO, 2013, p.90).

Noutro giro, a influência cultural existente em famílias mais pobres contribui, em certa medida, com a manutenção das desigualdades. Sobre isso,

Enquanto as famílias das camadas médias e altas procuram inserir suas crianças e adolescentes em cursos [...] complementares ao ensino escolar formal, as famílias das camadas populares, submetidas desde muito cedo à violência do trabalho precoce, ao cansaço das filas para atendimento médico, à insuficiência do salário para adquirir o alimento necessário etc., conformam-se, quando, na melhor das hipóteses, seus filhos alcançam a condição de “adolescente aprendiz”. Essa aprendizagem, no entanto, não o livrará da condição subalterna que caracteriza as gerações mais velhas de suas famílias. (PINHEIRO, 2013, p. 90).

A escola, por vezes, não ocupa o lugar central na vida de muitos jovens, o que faz com que ele reproduza as condições as quais vive sua família, inviabilizando seu desenvolvimento e sua formação profissional. A experiência na escola, quando vivida, também contribui com a manutenção de certas contradições, ao passo que ela reproduz valores meritocráticos, atribuindo a culpa do fracasso a cada um. Dessa forma, constrói-se o ideário de que aqueles que não se esforçam são os próprios responsáveis pelo seu fracasso. O baixo desempenho faz com que os estudantes culpem a si mesmos e se vejam como incapazes de ascender socialmente por serem desprovidos de inteligência. Nesse cenário, aqueles que se esforçaram e tiveram maior capacidade de driblar as dificuldades são os que obtêm êxito pelo seu próprio esforço e talento pessoal.

Tal realidade se contrasta com uma perspectiva democrática, e do pensar a educação como um “[...] livre processo de desenvolvimento das potencialidades humanas e da sociabilidade, cujos fundamentos encontram-se na igualdade e na liberdade” (PINHEIRO, 2013, p.95). A escola em suas ações pedagógicas propaga valores das classes dominantes, não encontrando os dominados espaço para se expressarem. Assim, as relações de poder se mantêm numa escola com aparentes roupagens de gestão democrática. Diante disso, o jovem, já em estado vulnerável se vê num ambiente o qual não lhe é acolhedor, e que, dadas as contradições, não lhe aparenta consistir num espaço que possa lhe oferecer alguma perspectiva de vida. Diante do fracasso da experiência escolar e da inexistência de políticas públicas robustas, torna-se opção a criminalidade, por ser ela uma possibilidade no território em que o jovem vive, e que aparentemente lhe garante alguma vantagem econômica.

5. REDE DE CURSINHOS POPULARES PODEMOS MAIS: UM INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A sociedade brasileira tem vivenciado mais agudamente as expressões da crise política e econômica com o golpe de Estado de 2016¹, um movimento arquitetado pelas burguesias externas e interna que convergem para o objetivo de endurecer as políticas neoliberais, desmantelar os direitos sociais e as conquistas presentes na Constituição Federal de 1988.

O cenário que tem se revelado no Brasil é de um abismo social ainda agudo, de extrema pobreza e de altas taxas de desemprego e desocupação. Além disso, a vitória eleitoral, no pleito de 2018 por Jair Bolsonaro, um governo de extrema direita, apresenta um horizonte de criminalização das lutas democráticas e populares.

Esta face autoritária do governo se apresenta, entre outros projetos, nos cortes previstos para a educação pública do país. A educação que tem um caráter transformador, e a potencialidade de diminuir as desigualdades sociais e contribuir para o avanço e o desenvolvimento do país tem sido alvo privilegiado das políticas neoliberais, antinacionais e antidemocráticas do atual governo.

Nesse sentido, é válido dizer que dados divulgados em dezembro de 2018, pelo IBGE, demonstram como o abismo social no país se revela no acesso ao ensino superior, uma vez que, dos estudantes que concluíram o ensino médio na rede pública, apenas 36% (trinta e seis por cento) ingressaram em uma faculdade. Ao passo que, dentre os estudantes da rede privada, este índice quase dobrou alcançando 79,2% (setenta e nove virgula dois por cento). Os dados apontam ainda que o maior percentual no nível superior eram composto por alunos cuja renda domiciliar per capita estava no grupo das 25% mais altas do país².

Acerca dos cursinhos populares, sua história no Brasil é fruto das contradições das lutas de classes no país. O surgimento dos cursinhos alternativos e populares são expressão de conjunturas determinas e engrossam o bojo de pautas por melhores condições de vida da classe trabalhadora.

No entanto, é válido ressaltar que muitas das experiências de cursinhos pré-vestibulares se limitaram à pauta econômica, não superando uma ação filantrópica, restringindo seus objetivos ao ingresso no ensino superior. Todavia, os cursinhos populares buscam ser uma ferramenta que faça sentido na vida da juventude periférica. Com isso, são construídos por sujeitos que buscam incidir objetivamente nos territórios, extrapolando os muros da escola

1 Acreditamos que o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, tratou-se sobretudo, de um golpe de Estado. A América Latina tem sofrido investidas do imperialismo estadunidense que, em alianças com setores antipopulares e antidemocráticos buscam arquitetar o a destruição de governos que tendiam ao avanço das pautas populares. Com isso, buscam aprofundar medidas neoliberais que julgam ser o caminho de saída da crise capitalista.

2 Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23300-taxa-de-acesso-ao-nivel-superior-e-maior-entre-alunos-da-rede-privada>

e da educação formal, de modo a dialogar com a população e com movimentos sociais. São, sobretudo, instrumentos de luta política e transformação social.

Diante deste cenário de crise e ameaças aos direitos sociais, o Levante Popular da Juventude³ lança, em 2017, a Rede Nacional de Cursinhos Populares Podemos Mais. Esta rede abrange diversas experiências de cursinhos populares que já vinham sendo realizadas pelo movimento desde de 2012.

Atualmente conta com cerca de 25 (vinte e cinco) cursinhos, presente em 9 (nove) estados do país. Ainda são números discretos diante do alto índice de jovens da periferia que não acessam a educação superior pública no país, no entanto, são experiências que acumulam qualitativamente no sentido de superarem a lógica mercantilizada da educação.

A educação tem sido tratada historicamente como uma mercadoria. As classes trabalhadoras e burguesas vivenciam formas diferenciadas do processo educativo formal. Garantir educação pública, gratuita e de qualidade à classe trabalhadora é contribuir para a construção de uma vida digna para a juventude periférica.

Com isso, a Rede Podemos Mais se insere no confronto do projeto que busca precarizar cada vez mais a educação, através de medidas como a Reforma do Ensino Médio⁴, Lei da Mordaza⁵, desvinculação da certificação de conclusão de ensino médio do ENEM⁶, entre outros retrocessos que visam sobretudo excluir o pensamento crítico dos processos educativos.

Em Belo Horizonte, a Podemos Mais atua em um dos territórios mais estigmatizados da cidade. As atividades do cursinho popular são desenvolvidas de segunda à quinta-feira na Escola Municipal Belo Horizonte, na Pedreira Prado Lopes.

A Pedreira é uma das mais antigas favelas de ocupação da cidade de Belo Horizonte, situada na região noroeste do município, com surgimento datado de 1910. Ela foi ocupada por trabalhadores que vieram de diversas regiões de Minas e outros estados, atraídos pela garantia de melhores condições de vida, trabalhando no processo de construção da cidade. No entanto, seu histórico não difere das demais formações urbanas do país. Muitos de seus moradores vivem, ainda hoje, em condições precárias de moradia e infraestrutura. (NASCIMENTO, A. et.al, 2018).

3 O Levante Popular da Juventude é um movimento social de juventude nacionalizado em 2012. Atua no movimento estudantil e secundarista, desenvolve trabalhos em periferias urbanas e atua em diálogo com a juventude camponesa. Atualmente, tem frente de atuação em todos os estados brasileiros.

4 PL 6840\2013, disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=602570>

5 PL 867\2015, disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>

6 Ver mais em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/418-noticias/enem-946573306/47501-exame-nao-sera-mais-utilizado-para-certificar-o-ensino-medio>

Nesse contexto, o Cursinho Popular Podemos Mais busca atuar com a juventude da Pedreira de modo a demonstrar a educação como meio de se construir uma vida mais digna. Buscando superar o desafio de se tornar uma ação assistencialista, o cursinho se guia pelo objetivo da transformação social.

Sua organicidade se dá de forma democrática, em que educandos, educadores e a coordenação se reúnem periodicamente para avaliar o andamento das atividades, propor mudanças e planejar ações para dentro e fora da sala de aula.

A turma de 2019 conta com quinze educandas e educandos da Pedreira e bairros do entorno. Os educadores são profissionais ou estudantes universitários que contribuem voluntariamente ministrando conteúdos preparatórios para o ENEM e para o andamento do cursinho de forma geral.

Além disso, a orientação Político-Pedagógico da Podemos Mais sugere que se reserve na grade curricular espaços de diálogo com movimentos sociais e a comunidade.

O caminho de superação das desigualdades e das contradições vivenciadas pela juventude periférica ainda é longo e árduo. Entretanto, apostamos na educação como um dos meios de contribuir para uma vida digna, mas uma educação que contribua para que a juventude enxergue suas contradições e se sinta preparada para superá-las. Acreditamos que o cursinho popular possa ser este norte que aponta para a transformação através da luta coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos com este artigo contribuir diretamente para o debate acerca da educação enquanto perspectiva de construção de uma vida digna para a juventude periférica. Este estudo foi uma aproximação desta temática complexa e desafiadora.

São muitos os recortes e aprofundamentos que podem se desdobrar de cada item apresentado.

Debruçar sobre a questão da educação e juventude periférica se faz necessário tanto por uma questão de reconhecer a dívida histórica de uma população que se viu alijada do direito ao ensino superior público e de qualidade, quanto por uma urgência atual. Esta dívida permanece e a educação continua como principal ameaça de um projeto de governo autoritário alinhado aos interesses do capital internacional.

Pensar em educação também diz respeito ao pensar numa prática efetivamente cidadã, a qual todos os sujeitos são cientes de seus direitos e deveres. Assim, a prática educacional também se relaciona com o despertar da consciência da juventude enquanto sujeito político de seu povo e de sua história.

Conscientes e munidos da motivação e ferramenta necessária para a transformação de sua história, é possível se visualizar uma outra realidade e uma nova sociedade que caminha rumo ao combate à desigualdade e injustiças que pairam sob o povo brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Alexandre de Freitas (Org.) et al. **O Brasil Real: A Desigualdade para Além dos Indicadores**. 1a ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

BRASIL. **Projeto de Lei N. 6840, de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada em tempo integral no ensino médio, dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio em áreas do conhecimento e dá outras providências. Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=602570>>. Acesso em: 18 jun 2019

BRASIL. **Projeto de Lei N. 867, de 2015**. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”. Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>>. Acesso em: 18 jun 2019

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Taxa de ingresso ao nível superior é maior entre alunos da rede privada**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23300-taxa-de-acesso-ao-nivel-superior-e-maior-entre-alunos-da-rede-privada>>. Acesso em: 16 jun 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Nota Técnica O Adolescente em Conflito com a Lei e o Debate sobre a Redução da Maioridade Penal**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=25621>. Acesso em 14 jun 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **A nova agenda urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33345>. Acesso em 14 jun 2019.

MARICATO, Ermínia. **Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado: Metrópoles brasileiras**. São Paulo, 2000, v14, nº 4, p.21-33. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n4/9749.pdf>>. Acesso em 13 jun 2019.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade**. São Paulo, 2003, v17, nº 48, p.21-33. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n4/9749.pdf>>. Acesso em 13 jun 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Exame não será mais utilizado para certificar o ensino médio**. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/418-noticias/enem-946573306/47501-exame-nao-sera-mais-utilizado-para-certificar-o-ensino-medio>>. Acesso em 13 jun 2019.

NASCIMENTO, Alexandra. et al. **Dilemas e perspectivas dos processos participativos nos projetos de urbanização de assentamentos precários no município de Belo Horizonte: a Pedreira Prado Lopes**. In: III Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas, Salvador, 2018. Disponível em: <<http://www.sisgeenco.com.br/sistema/urbfavelas/anais2018a/ARQUIVOS/GT1-235-175-20180820114004.pdf>>. Acesso em 16 de jun 2019.

PINHEIRO, Veralúcia. A educação e os jovens em conflito com a Lei. In: SOUSA, Sônia M. Gomes (Org.) **Adolescentes Autores de Atos Infracionais. Estudos Psicossociais**. Goiânia, 2013, p.85-101. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/biblioteca/crianca-e-adolescente/adolescentes-autores-de-atos-infracionais-estudos-psicossociais-adolescentes_miolo-leitura.pdf>. Acesso em 16 jun 2019.

A AÇÃO DAS CULTURAS JUVENIS NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS NA CIDADE DE SOROCABA

Wellington dos Santos França

Mestrando em Educação

Universidade Federal de São Carlos - tom.juv13@gmail.com

Resumo: Diante de uma realidade onde o desenvolvimento urbano acontece de forma desigual, a cidade de Sorocaba se apresenta como uma cidade onde os espaços constituídos por meio do grande capital, representado pela especulação imobiliária, são devidamente desiguais e excludentes, onde o Estado pouco olha para sua população, deixando-a órfã de políticas públicas e equipamentos públicos capazes de contribuir para o processo de sociabilidade da população, tendo como referência a cultura. Mesmo diante da ausência do Estado e de uma realidade extremamente desigual, uma forma de resistência juvenil cresce, as batalhas de rima. Articulação composta por jovens oriundos das periferias da cidade, as batalhas de rima ocupam espaços públicos como ruas, praças e quadras poliesportivas, tendo como foco uma série de práticas sociais capazes de ressignificar tais espaços, contribuindo com a circulação pela cidade e com o processo de sociabilidade dos jovens e com sua formação como sujeitos.

Palavras chave: Cultura Juvenil. Direito à Cidade. Espaços públicos. Juventude.

O BOOM DA URBANIZAÇÃO SOROCABANA E A FORMAÇÃO DE ESPAÇOS DESIGUAIS

O processo de urbanização vivenciado pela cidade de Sorocaba foi marcado pela industrialização assim como a grande maioria das cidades europeias entre os séculos XVIII e XIX, porém a década de 1990 marcou uma ruptura com este processo, uma vez que as imobiliárias ganharam força durante o governo do então prefeito Renato Amary, e também diante da expansão urbana da cidade com o projeto higienista, dito de interesse social, de desfavelização que ocorrera durante o governo do mencionado prefeito. Tal projeto visava a formação de um novo conjunto habitacional na zona norte de Sorocaba que deveria acontecer em parceria entre a Prefeitura Municipal Sorocaba e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbana (CDHU). Mesmo diante do fato da CDHU não ter concordado com a contrapartida da prefeitura, que naquele momento era ceder a área para que as casas fossem construídas pela companhia, o projeto de desfavelização seguiu em frente e o que aconteceu na prática foi apenas “uma transferência de “barracos”, que outrora se encontravam distribuídos pela cidade, para a periferia distante (Andrade e Comitê, 2016, p. 12)”.

Mesmo parecendo contraditório, do ponto de vista das imobiliárias, o projeto de desfavelização, que deu origem ao conjunto habitacional Ana Paula Eleutério, inaugurado na cidade de Sorocaba na segunda metade da década de 1990, foi exitoso, pois contribuiu para o boom imobiliário na cidade, possibilitando que alguns vazios urbanos, mais especificamente

aqueles que se localizavam antes do mais novo conjunto habitacional da periferia da zona norte da cidade, passassem por um processo de “valorização de loteamentos populares [...] devido à dotação de equipamentos básicos, como a rede de energia, água e esgoto (COMITRE, 2017, p.785)” para a população. A dinâmica protagonizada pelas imobiliárias, que gera especulação, seguiu a passos largos com a contribuição direta do poder público.

A gestão Amary, entre os anos de 1997 e 2004, destinou grandes investimentos para a região. Além das permissões previstas pelo Plano Diretor, a atratividade de investimentos na zona norte se baseia no interesse do prefeito em valorizar tal área, visto que o mesmo possuía vários terrenos distribuídos pela região que passaram por grande valorização no período de seu governo (Comitre, 2017, p. 788).

Dessa forma é possível afirmar que, “o mercado imobiliário, conjuntamente com o Estado se concretizam como agentes hegemônicos da produção do espaço, destinando para as periferias mais desigualdades socioeconômicas (COMITRE, 2017, p. 791)”, possibilitando que a lógica da especulação imobiliária se tornasse o principal agente organizativo da cidade de Sorocaba a partir da década de 1990. Diante desta nova dinâmica presente na cidade, “as periferias [...] se tornaram as expressões [...] da denominada urbanização crítica, mantendo as marcas de continuidade e aprofundamento das relações de expropriação, exploração e espoliação urbana, [...] na produção e reprodução capitalista do espaço urbano (BURGOS, 2016, p. 92)”.

A realidade periférica demonstra particularidades em cada região da cidade de Sorocaba, conciliando cada vez mais infraestrutura e serviços voltados ao interesse do grande capital, simultaneamente, a locais que carecem de investimentos públicos (Comitre, 2017, p. 795).

Uma vez que a cidade de Sorocaba passa a ser pensada e planejada por meio das forças do mercado imobiliário, a realidade dos espaços públicos de Sorocaba se torna ainda mais cruel a partir do momento que no processo de organização da cidade passa-se a privatizar o acesso à cultura e ao lazer através da construção de shopping centers, tornando a periferia cada vez mais órfã de políticas públicas que visem contribuir para o processo de sociabilidade, em especial da população juvenil. “A ascensão de shopping centers na cidade pode ser avaliada sob a perspectiva do processo do desenvolvimento do lazer produtivista do espaço urbano (PADOVANI, 2002, apud COMITRE, 2017, p. 794)”. Com tudo, fica nítido a existência de um desenvolvimento urbano, com contribuição direta do Estado, que visa a valorização do privado em detrimento do público, contribuindo para que a cultura e o lazer passem a ser entendidos como negócios.

[...] consolida-se a difusão da rede de empreendimentos privados [...] e correlatos (galerias e boulevards) plenamente ajustados às vicissitudes da vida contemporânea. Estes empreendimentos incorporam na concepção de seus projetos arquitetônicos um conjunto de espaços

como praças e “áreas de estar” (providas geralmente com bancos para assento, wi-fi e ambientação com ornamentos paisagísticos), mas que não se oferecem, em essência, como espaços públicos propriamente ditos. Neste mesmo contexto, firma-se uma progressiva desvalorização dos espaços públicos, nos quais se inserem os parques, praças e ruas, segundo preceitos de segurança frente ao acirramento da violência urbana que aprofunda os níveis de segregação, uma vez que os espaços públicos desvalorizados dão lugar à indignação, ao abandono e à pobreza, sobretudo quando as administrações públicas negligenciam o público em detrimento dos interesses de reprodução do capital (Burgos, 2015, p. 111 e 112).

Desta forma se consolida “a produção de um espaço desigual, no qual a sociedade é extorquida dos direitos básicos essenciais para a vida na cidade (ANDRADE e COMITRE, 2016, p. 14)”.

A AÇÃO JUVENIL COMO FORMA DE RESISTÊNCIA E GARANTIA DO DIREITO À CIDADE

Os jovens que vivem diante de uma sociedade desigual “são privados de desenvolver as suas potencialidades, de viver plenamente a sua condição humana (DAYRELL, 2003, p. 43)”. Tal realidade faz com que os jovens busquem em espaços de cunho privado, como o shopping center, a possibilidade de vivenciar um espaço que lhes garanta a possibilidade do encontro. Nesta perspectiva os chamados rolezinhos se tornaram realidade no cenário de diversas cidades entre os anos 2013 e 2014.

Os rolezinhos evidenciaram também a necessidade de proporcionar-lhes espaços subjetivos de expressão e representação capazes de garantir uma participação mais ampla nas dinâmicas da cidade, além de oferecer meios e repertórios para a construção de seus projetos de vida (Pereira, 2014, p. 12).

Mesmo que historicamente “os shopping centers, conforme afirma Valquíria Padilha (2006), [...] foram criados como espaços privados, mas divulgados como públicos (PEREIRA, 2016, p. 550), aqueles que frequentam tais templos do consumo se sentiram completamente desconfortáveis com a presença da juventude periférica, neste que deveria ser o espaço segregado da realidade social, um espaço onde as diferenças e conflitos não aparecem. Diante de um cenário pouco comum, quase que de forma imediata, no momento em que as diferenças se tornam evidentes, o preconceito se tornou visível e aparente, transformando o shopping em um espaço de contradições. “Os rolezinhos geraram uma forte reação de preconceito e criminalização contra os jovens pobres e de pele negra ou parda em sua maioria (PEREIRA, 2016, p. 549)”.

Mesmo diante de uma realidade pautada pelo preconceito e pela criminalização de jovens pobres,

[...] os rolezinhos evidenciaram uma série de questões sobre o convívio com as diferenças, as práticas culturais juvenis urbanas, a segregação e os múltiplos preconceitos que podem ser notados entre consideráveis segmentos da população brasileira (Pereira, 2016, p. 549).

Mais do que encontros marcados pelas redes sociais, os rolezinhos se tornaram verdadeiras ações políticas de denúncia. Por mais que os eventos não tivessem qualquer caráter político institucional e seus participantes, por muitas vezes, estavam distantes da discussão política, a discussão do direito à cidade se coloca como pano fundo diante deste fenômeno.

Assim, para além do processo de criminalização que afeta este grupo urbano, traz à tona, para o debate na esfera pública, a discussão do lugar do pobre, ou melhor, o seu direito ao lazer e ao “acesso” à cidade. Coloca em pauta as contradições do processo de “democratização” do país e expõe as suas fissuras sociais (Hershmann, 2005, p. 119, apud Pereira, 2016, p. 549).

“Essa realidade [...] nos leva a perguntar se esses jovens não estariam nos mostrando um jeito próprio de viver (DAYRELL, 2003, p. 43)”. Além dessa possibilidade, os rolezinhos deixaram claro que as cidades carecem de espaços públicos de cultura e lazer. Diante deste déficit, os espaços que oferecem este acesso, mesmo que privados, devem ser ocupados de forma igual, afinal a ausência de espaços públicos de cultura e lazer é resultado de uma política de interesses privados. Sobre o apontamento anterior, é possível afirmar que a cidade de Sorocaba está “fundamentada pela precária condição em equipamentos urbanos, no qual seus habitantes são relegados de seu direito à cidade (ANDRADE e COMITRE, 2016, p. 13).

Sobre o tema do direito à cidade é necessário destacar que:

O direito à cidade se afirma como um apelo, como uma exigência [...] o direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada (Lefebvre, 2001, p. 117 e 118).

Ao abordar a questão do direito à cidade como direito à vida urbana, à vida cotidiana, David Harvey, geógrafo inglês, contribui na discussão da seguinte forma:

O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro ar-

gumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos (Harvey, 2012, p. 74).

Partindo das contribuições de Henry Lefebvre e David Harvey, o direito à cidade se apresenta como uma peça do cotidiano, ou seja, o direito à cidade se estabelece como algo corriqueiro onde “o conjunto de direitos – materiais e imateriais simbólicos – que possam ser usufruídos de maneira equânime por todos os cidadãos na sociedade urbana, num enfrentamento à lógica da urbanização crítica, onde o urbano não é para todos (DAMIANI, 2004, apud BURGOS, 2016, p. 02)”.

No que se refere ao cotidiano das cidades, o Estado tem papel fundamental no processo de garantia do direito à cidade, porém o mesmo se faz ausente da vida da maioria da população jovem, consequentemente o direito à cidade é negado para esta parcela da população. Sendo assim, ocupar e se apropriar dos espaços urbanos se faz necessário para que uma nova perspectiva se apresente. “Por essa razão a apropriação também é entendida como a possibilidade de se mover, possuir e agir. Apropriar-se remete à identificação com o espaço e, consequentemente, a possibilidade de sua transformação (CASSAB, 2010, p. 90)”.

Diante deste cenário a cultura tem contribuído de forma significativa para os processos de ocupação e ressignificação dos espaços públicos. “O mundo da cultura aparece como um espaço privilegiado de práticas, representações, símbolos e rituais no qual os jovens buscam demarcar uma identidade juvenil (DAYRELL, 2002, p. 119)”. Diversos coletivos juvenis têm se apropriado dos espaços urbanos afim de transforma-los, fazendo com que algo sem vida passe a ter vida e significado. Colaborar para que espaços passem a ter vida e significado é garantir que os mesmos tenham capacidade de contribuir para o desenvolvimento das pessoas por meio do processo de sociabilidade.

A ação juvenil, com uma multiplicidade de agendas e formatos organizativos, tem conseguido produzir formas interessantes de resistência, apropriação e ressignificação dos espaços urbanos [...] no centro desse fazer político está sua estreita relação com as práticas culturais dessa juventude. O direito à cultura vem sendo uma das principais demandas de jovens [...] para a construção de suas trajetórias e identidades (Freitas e Pierro, 2015).

O processo de construção da identidade juvenil perpassa pela análise da condição social dos indivíduos, afinal, a identidade se faz por meio das relações sociais que é possível estabelecer com as pessoas que se convive, ou nos espaços que se transita. “A socialização e a formação dos sujeitos são entendidas como o processo mediante o qual os atores constroem sua experiência (DUBET, 1997, apud DAYRELL, 2002, p. 121 e 122)”.

Desta forma as batalhas de rima, que ganham cada vez mais espaço em Sorocaba, se apresentam como uma possibilidade real de jovens da periferia da cidade se colocarem como verdadeiros agentes culturais, com grandes possibilidades de ressignificar os espaços onde as batalhas de rima acontecem. Ao todo, é possível mapear sete batalhas de rima que acontecem

de forma permanente ou esporádica na cidade de Sorocaba (Batalha do HDs, Batalha do Cianê, Batalha do VTr, Batalha do Fundão, Batalha do Ipiranga, Batalha do Beco das Mina e a Batalha do Abaeté). “Ruas e praças da cidade são ocupadas pela presença de [...] agrupamentos coletivos juvenis (SPOSITO, 1993, p. 162)”

Na constituição das batalhas de rima, ao ocupar o espaço público, as mesmas ressignificam o espaço por meio da prática social, ou seja, novas formas de representação e construção do espaço público são aplicadas por meio da ação direta da articulação de jovens que organizam e participam das batalhas. Sendo assim, ao se fixar pela localidade, o espaço percebido se transforma em espaço vivido, onde os espaços se superpõem, todas as vezes que as batalhas de rima acontecem.

Até no atual [hoje/nos dias atuais], o espaço urbano aparece duplamente: cheio de lugares sagrados-malditos, consagrados à virilidade ou à feminilidade, ricos de fantasmas e fantasmagorias, mas também racional, estatal, burocrático, monumentalidade degradada e recoberta pelas circulações diversas e pelas informações multiformes. Uma dupla leitura se impõe: o absoluto (aparente) no relativo (real) (Lefebvre, 2000, p. 317).

Diante da perspectiva de ressignificação dos espaços públicos, as práticas sociais ligadas às competições de rima estabelecem uma dinâmica onde são criados vários pedaços¹ em diferentes localidades, onde se situam diferentes batalhas, assim tornando possível pensar em um circuito² de batalhas de rima em Sorocaba.

É visível [...] coletivos juvenis ocupando inúmeros espaços urbanos. Nesse sentido, é possível propor que há um processo de reprodução e produção de inúmeros sentidos nestes espaços. Significar em espaço público em torno do HIP HOP [...] e de outras práticas é um processo que compreende a experiência social destes atores, ou seja, são as relações intersubjetivas que orientam a significação e a ressignificação destes espaços (Ferreira e Santos, 2017, p. 72)

Em todos os locais que ocorrem, as batalhas de rima ressignificam os espaços públicos onde acontecem a partir do jogo que se estabelece, dos laços de amizade, dos interesses que geram nas pessoas que passam e decidem parar para observar de forma momentânea, ou até mesmo os que decidem ficar até o fim da batalha. Os jovens “querem ter um lugar na cidade,

1 O termo [...] designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade (Magnani, 1998, p. 116, apud Magnani, 2002, p. 21).

2 Trata-se de uma categoria que descreve o exercício de uma prática ou a oferta de determinado serviço por meio de estabelecimentos, equipamentos e espaços que não mantêm entre si uma relação de contiguidade espacial, sendo reconhecido em seu conjunto pelos usuários habituais (Magnani, 2002, p. 23).

usufruir dela, transformando o espaço urbano em um valor de uso (DAYRELL, 2002, p. 134)”, diante de uma perspectiva de compreensão da cidade como obra e não somente como produto. A cidade como lugar de festa. Os espaços que antes eram somente lugares de passagem se transformam em espaços de permanência e fruição cultural.

Logo, é possível compreendermos que os espaços urbanos não são imutáveis, ou seja, estão em constante possibilidade de mudanças, só dependendo das oportunidades de mutação que podem se tornar viável dependendo da forma como o espaço é utilizado.

São os usos que configuram os espaços vividos, isto é, os espaços dos usuários e suas performances cotidianas em espaços concretos. Os usos reiteram ou modificam, parcial ou completamente, o espaço concebido pelos planejadores, aquele espaço abstrato pensado para reproduzir o poder. Assim, as calçadas, feitas para os transeuntes andarem até seus destinos particulares, tornam-se muitas vezes espaços vividos, ou seja, usados de múltiplas formas, transformando-se em palcos para diversas encenações (Uriarte, 2013, p. 10 e 11).

Os espaços vividos pelos jovens participantes das batalhas de rima, são espaços subvertidos, afinal não foram concebidos para tal manifestação cultural. No entanto, desde o momento que tais espaços se tornam pontos de encontro entre aqueles que compartilham os mesmos estilos culturais, mesmo gosto musical, etc, os jovens ali presentes lhes dão “novos sentidos a partir das experimentações e vivências em tal espaço (MELO e LEITE, 2013, p. 03)”.

Esse espaço não se reduz somente a um espaço físico, ele é carregado de significados e especificidades [...]. (Magalhães, 2008) destaca que ao participar de grupos, os jovens se apropriam de maneira peculiar da cidade, reorientam os lugares, mudando a dinâmica pensada para determinados espaços, transformando-os em territórios vivos. O lugar passa de lugar físico a um espaço com valor cultural e simbólico, um meio de encontro e sociabilidade (Melo e Leite, 2013, p. 08)

Diante da condição de ressignificação dos espaços públicos, os mesmos passam a contribuir de forma direta no processo de formação da juventude tendo como princípio a constituição do ser humano de forma integral. Desta forma “o mundo da cultura se apresenta mais democrático, possibilitando espaços, tempos e experiências que permitem que esses jovens se construam como sujeitos (DAYRELL, 2003, p. 51)”. Sendo assim, os jovens participantes das batalhas de rima afetam e são afetados pelas dinâmicas instaladas nos espaços ocupados, em uma relação dialética, uma vez que a juventude “age no e sobre o mundo, e nessa ação se produz e, ao mesmo tempo, é produzido no conjunto das relações sociais no qual se insere (DAYRELL, 2003, p. 43)”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Centradas no processo de produção cultural juvenil, as práticas sociais ligadas às competições de rima criam vários pedaços em diferentes localidades, onde se situam diferentes batalhas, assim tornando possível pensar em um circuito de batalhas de rima em Sorocaba. Noção que se caracteriza por unir “estabelecimentos, espaços e determinados serviços, porém não contíguos na paisagem urbana (MAGNANI, 2000, p. 32)”.

A criação de pedaços e consequentemente de um circuito de batalhas de rima na cidade de Sorocaba, se configura a partir de um processo histórico, onde as periferias e até mesmo o centro da cidade foram sendo esquecidos, gerando assim, a ausência de equipamentos públicos e políticas públicas de cultura. A mencionada ausência acaba por se tornar presença em outras regiões da cidade, privilegiando o público não periférico de Sorocaba. O resultado direto desta dinâmica é a privatização dos espaços públicos por meio da apresentação do shopping center como a única, ou uma das únicas possibilidades de acesso à cultural, porém por meio do consumo.

Tal dinâmica de “[...] privatização de espaços públicos sufocou oportunidades de sociabilidade [...]. Naturalmente, a demanda por reapropriação dos espaços públicos floresceu, desencadeando [...] novas formas de convivência (FREITAS e PIERRO, 2015)”. Em todos os locais que ocorrem, as batalhas de rima ressignificam os espaços públicos onde acontecem a partir do jogo que se estabelece, dos laços de amizade, do interesse que geram nas pessoas que decidem compartilhar do momento. Diante deste cenário as batalhas de rima percorrem um caminho com extrema potencialidade para se consolidar como uma articulação que ao ocupar o espaço público é capaz de transforma-lo, a partir da prática social, contribuindo diretamente para a formação de sujeito sociais.

Os jovens “querem ter um lugar na cidade, usufruir dela, transformando o espaço urbano em um valor de uso (DAYRELL, 2002, p. 134)”. Fazer dos espaços que antes eram somente lugares de passagem em espaços de permanência e fruição cultural, capaz de contribuir no processo de sociabilidade dos jovens participantes e assim se fazer resistência no interior de uma lógica onde os privilégios não têm como objetivo atingir a juventude periférica.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Alexandre Carvalho; COMITRE, Felipe. Crescimento populacional e contradições no espaço urbano: uma análise da expansão periférica na cidade média de Sorocaba-SP. In.: Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia, 2011, Vitória da Conquista. Anais do Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia. Vitória da Conquista: UESB, 2016.

BURGOS, Rosalina. Espaços públicos e o Direito à Cidade: contribuições teórico-conceituais a partir de estudos sobre o uso de parques urbanos em contexto de segregação espacial nas cidades de São Paulo e Sorocaba. Revista Cidades. Presidente Prudente, vol. 12, n. 20, p. 105-140, 2015.

BURGOS, Rosalina. Urbanização e marxismo: a cidade vista do avesso. In.: FRANCA, Gilberto Cunha; LEITE, Kelen Chistina. Cidade, natureza, educação: olhares marxistas. São Paulo. Editora Xamã, 2016.

BURGOS, Rosalina. Direito à Cidade: utopia possível a partir do uso e apropriação dos espaços públicos urbanos. In.: XIV Colóquio Internacional de Geocrítica: Las utopias e la construcción de la sociedade del futuro. Barcelona, 2016.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues; DAYRELL, Juarez. Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo. In.: 25ª Reunião Anual da ANPED, GT 3 Movimentos Sociais e Educação. Caxambu (MG): 2002. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/25/tp25.htm#gt3>. Acesso em: 22 dez. 2018.

CASSAB, Clarice. A cidade como espaço público: uma interpretação pautada na fala dos jovens. Revista Mercator. Fortaleza, 2010.

COMITRE, Felipe. A evolução do uso e ocupação do solo na periferia urbana de Sorocaba: do esquecimento ao despertar dos interesses públicos e privados. Revista Geo UERJ. Rio de Janeiro, n. 31, p. 770-799, jul/dez. 2017.

DAYRELL, Juarez. O rap e o funk na socialização da juventude. Revista Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 28, n.1, p. 117-136, jan/jun 2002.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, Set/Out/Nov/Dez 2003.

FERREIRA, Helen. Juventudes e Políticas Culturais: vocês estão prontos pro rolê? Revista Polêmica. Rio de Janeiro, vol. 14, p. 87-97, jan/mar 2015.

FERREIRA, Érika do Carmo Lima; SANTOS, Sérgio da Silva. Espaços públicos e processos de significação: questões sobre juventudes e hip hop no meio urbano de Maceió-AL. Revista Olhares Plurais, Dossiê "Urbanidades, sujeitos e territórios". Maceió, n. 16, v. 01, p. 65-81, 2017.

FREITAS, Maria Virginia; PIERRO, Gabriel di. Cultura e apropriação da cidade por meio de iniciativas juvenis. In.: *Le Monde Diplomatique Brasil especial Juventudes e a Desigualdade no Urbano, São Paulo, nov. 2015*.

HARVEY, David. O direito à cidade. Revista Lutas Sociais. São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul/dez. 2012.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000)

LEFEBVRE, Henry. O direito à cidade. São Paulo: Editora Centauro, 2016.

MAGNANI, José Guilherme. Quando o campo é cidade. In: Na metrópole: textos de Antropologia Urbana. São Paulo: Edusp, 2000.

MAGNANI, José Guilherme. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MELO, Mônica Aparecida Soares Silva de; LEITE, Marcos Esdras. Grupos culturais juvenis e participação na cidade: mobilidade, possibilidades e desafios. In.: Anais II Congresso Internacional Interdisciplinar em Socais e Humanas. Belo Horizonte, 2013.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. Rolezinho no shopping: aproximação etnográfica e política. Revista Pensata. São Paulo, v.3, n. 2, p. 08-16, mai, 2014.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. Os “rolezinhos” nos centros comerciais de São Paulo: juventude, medo e preconceito. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud. Colômbia, n. 01, vol. 14, p. 545-557, jan/jun. 2016.

REGUILLO, Rossana. Paisajes Inssuctos: jóvenes, redes y revueltas en el otoño civilizatorio. México: Nuevos Emprendimientos Editoriales, S. L., 2017.

SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. Revista Tempo Social. São Paulo, v. 5, n. 1, p. 161-178, 1993.

URIARTE, Urpi Montoya. Olhar a cidade. Revista Ponte Urbe. São Paulo, 2013.